

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Oromar Augusto dos Santos Nascimento

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E ESPORTE  
NO MUNICÍPIO DE ARUANÃ - GO**

Goiânia, dezembro de 2014

Oromar Augusto dos Santos Nascimento

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E ESPORTE  
NO MUNICÍPIO DE ARUANÃ - GO**

Monografia apresentada à Faculdade de  
Educação Física da Universidade Federal de  
Goiás como requisito para finalização do curso  
de Licenciatura em Educação Física  
Orientador: Prof. Dr. Humberto Luís de Deus  
Inácio.

Goiânia, dezembro de 2014

Oromar Augusto dos Santos Nascimento

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E ESPORTE  
NO MUNICÍPIO DE ARUANÃ - GO**

Esta monografia foi aprovada em sua forma final

Goiânia, 02 de dezembro de 2014.

Este trabalho é dedicado à minha namorada Nayane, minha mãe Ana Maria, minha tia Maria Helena, meu irmão Gabriel, demais familiares, aos meus colegas de classe e professores.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que contribuíram para a finalização deste trabalho é uma tarefa árdua, pois este carrega uma parte de cada um que me ajudou na em sua construção. Mas como toda jornada se inicia com um passo, e depois outro, e após uma sequencia de passos, o caminho percorrido foi formado, as palavras que aqui se iniciaram trilharam um caminho que vai até a ultima linha dos apêndices.

Desta maneira, gostaria de agradecer inicialmente aos esforços da minha mãe Ana Maria, que me possibilitaram o envolvimento com a Universidade e a pesquisa. A minha tia Maria Helena, que sempre me apoiou a continuar nos estudos, ano após ano.

A minha namorada Nayane, que além de ser a pessoa pela qual busco me aperfeiçoar, foi também minha colega de classe, parceira nos trabalhos da faculdade e nas batalhas da vida ao longo dos últimos 5 anos. Que os próximos 50 sejam tão especiais quanto estes!

Aos meus colegas de turma, que passaram estes 4 anos de curso nesta batalha pela formação em Educação Física, cada qual com suas próprias lutas para travar. Destaque aos meus queridos amigos Alison, Denner, Élcio, Gabriel, Kátia, Leonardo, Poliana, Rafael, que além de colegas, são pessoas que merecem todo meu respeito e admiração, por sua capacidade de cair e levantar cada vez mais fortes.

Ao corpo técnico da FEFD, que mesmo com os períodos de tensão, conseguem organizar a faculdade e deixá-la funcionando. Ao corpo docente da FEFD, que constrói o conhecimento sobre a Educação Física em seu trabalho pedagógico. Agradecimentos especiais a professora Vanessa, que me proporcionou um contato com as práticas aquáticas, algo que sou extremamente ligado e que teve grande importância em minha vida acadêmica. A professora Sissília, um exemplo de dedicação à formação humana de qualidade em tempos de desvalorização do papel do professor na sociedade. Ao professor Heitor, que teve sucesso em evidenciar a relação entre teoria e prática de forma brilhante, algo que muitos ainda insistem em enxergar de forma separada, que me propiciou aprendizados para além do basquetebol. Ao professor Wilson, pelas contribuições de sua disciplina de Gestão, que me aproximaram do tema desta pesquisa. Ao professor Sérgio, que se mostrou compreensivo nos diversos momentos em que a monografia e o estágio competiam pelo meu tempo.

Ao professor Humberto, meu orientador nestes últimos 2 anos de curso, mas que foi um dos grandes responsáveis pelo meu interesse pela Educação Física, ainda nos tempos de

engenharia. Aprendi muito com ele, nas aulas, reuniões, projetos de pesquisa, e viagens para Aruanã. A professora Ana Márcia que em sua vasta experiência com a pesquisa, possibilitou uma disciplina de Núcleo Temático extremamente proveitosa.

A toda equipe da Gestão Municipal de Aruanã, (Prefeitura, Secretarias de Turismo, Finanças e Meio Ambiente, Diretoria de Esportes), que se dispuseram a participar da coleta de dados, mesmo em um período extremamente atarefado, o mês de julho.

A FAPEG pelo financiamento do projeto de pesquisa a qual esta monografia está ligada. Ao PIBC, que possibilitou maior aproximação com a pesquisa. E a todo o povo brasileiro, que através de seus impostos, financia estes dois programas, e também a Universidade pública no Brasil, que, em minha humilde visão, é um local de desenvolvimento científico, mas acima de tudo, um local de formação humana.

Tantos votos... obrigaram-nos a jurar e voltar a jurar. Defender o rei. Obedecer ao rei. Guardar seus segredos. Fazer o que ele nos pedir. Nossa vida pela dele. Além de obedecer ao nosso pai. Amar a nossa irmã. Proteger os inocentes. Defender os fracos. Respeitar os deuses. Obedecer às leis. É demais. Faça o que fizer, é preciso pôr de lado um voto ou outro.

(Sor Jaime Lannister, As crônicas de Gelo e Fogo, A Fúria dos Reis, livro 2, p. 513, 2011).

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma investigação acerca das políticas públicas de lazer e esporte no município de Aruanã, localizado no noroeste goiano. A partir de uma abordagem qualitativa, utilizamos como instrumentos para a coleta de dados um roteiro de entrevista semi estruturada (adaptado de INÁCIO, 2007) com representantes da Gestão Municipal, em conjunto com a observação sistematizada de espaços e equipamentos de lazer da cidade, o registro de imagens dos locais observados. Os dados coletados foram analisados através da técnica de triangulação de dados, embasados nos escritos de Minayo (2005), que nos permitiu analisar dados partir de diferentes fontes, com diferentes perspectivas e particularidades acerca de um mesmo fenômeno social. Os resultados obtidos apontam para uma predominância do esporte como conteúdo do lazer presente nas políticas públicas para o cidadão aruanense, bem como o futebol como modalidade hegemônica. O lazer na cidade está diretamente relacionado com as ações voltadas para o turismo, sendo que nestes eventos se materializam situações de trabalho e de lazer para os cidadãos. A dificuldade de captação de recursos financeiros da cidade se mostrou como um fator limitador para ampliação das políticas públicas de lazer, evidenciando uma necessária capacitação e ampliação de pessoal para lidar com assuntos burocráticos relacionados com o trato de recursos públicos. Concluimos que Aruanã tem um grande potencial para novas práticas de lazer, mas que ainda não são totalmente compreendidos e explorados por parte da Gestão, que consegue mesclar políticas públicas voltadas para o cidadão, em meio a grande dependência da demanda turística.

**Palavras-chave:** políticas públicas; lazer; esporte; Aruanã.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Município de Aruanã em relação ao Estado de Goiás e ao Brasil..	43
Figura 2 - Fotografia de satélite de Aruanã. ....	44
Figura 3 - Fotografia aérea da praça Couto Magalhães.....	45
Figura 4 - Os rios Araguaia e Vermelho.....	46
Figura 5 - Calendário e mapa das atrações de Aruanã 2014 .....	48
Figura 6 - Praça Couto Magalhães .....	52
Figura 7 - Praça José Pedro dos Santos .....	53
Figura 8 - Praça de Esportes Luís Costa Camargo .....	54
Figura 9 - Praça Nova Aruanã .....	55

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Espaços e equipamentos de lazer da cidade de Aruanã informados pelo site da prefeitura.....	51
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAT - Centro de Atendimento ao Turista;  
CEDES - Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer;  
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social;  
DEMA - Delegacia Estadual do Meio Ambiente;  
FEFD: Faculdade de Educação Física e Dança;  
FAPEG - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás;  
GEPELC - Grupo de Estudos e Pesquisa em Esporte, Lazer e Comunicação;  
GO - Goiás;  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;  
ME - Ministério do Esporte;  
MPB - Música Popular Brasileira;  
P1- Pesquisador 1;  
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica;  
PNE - Plano Nacional de Educação;  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;  
SENAC - Serviço Social de Aprendizagem Comercial;  
SEMEL - Secretaria Municipal do Esporte e Lazer;  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;  
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte;  
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural;  
SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo;  
SESC - Serviço Social do Comércio;  
SESI - Serviço Social da Indústria;  
SEST - Serviço Social do Transporte;  
UFG - Universidade Federal de Goiás.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 - ASPECTOS CONCEITUAIS DE LAZER, ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>17</b>
1.1 - LAZER.....	17
1.2 - ESPORTE .....	21
1.3 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E ESPORTE .....	31
<b>2 - O CAMPO DA PESQUISA E A PESQUISA DE CAMPO: METODOLOGIA UTILIZADA E REALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E ESPORTE NA CIDADE DE ARUANÃ.....</b>	<b>40</b>
2.1 METODOLOGIA.....	40
2.2 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO.....	42
2.3 - LAZER E ESPORTE PARA A POPULAÇÃO DE ARUANÃ. ....	51
<b>3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS REPRESENTANTES DA GESTÃO MUNICIPAL. ....</b>	<b>75</b>

## INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a apresentação deste trabalho monográfico em uma linguagem acadêmica, embasado em diversos autores que buscam explicar e refletir sobre as mais diversas ideias, gostaria de expor um pequeno texto, pessoal e direto, apresentando algumas ideias sobre este processo, e os caminhos que me levaram a finalizar esta etapa de minha vida acadêmica. Trata-se de um texto modesto, sem muitas referências, mas com começo, meio e fim. Peço a você, leitor, sua licença para apresentar-lhe um pouco da minha realidade.

Iniciar um trabalho acadêmico que tem por tradição encerrar um curso de graduação requer muito esforço e dedicação, independente da área do conhecimento sobre qual nos debruçamos. O fazer ciência está longe de ser algo simples e corriqueiro. Pelo contrário, ao longo destes quatro anos, percebi que nosso cotidiano está cercado do senso comum, e a ciência, o conhecimento sistematizado está longe da realidade da maioria da população. Nós, que estamos dentro de uma Universidade pública, gratuita, fazemos parte de uma minoria que tem acesso a debates, revistas científicas, seminários, congressos, livros e demais publicações que, em sua composição, passaram (ou pelo menos deveriam ter passado) por uma rigorosa verificação de sua validade, de sua veracidade e relação com a realidade, e mesmo assim temos certa dificuldade ao inseri-la em nossas atitudes, discursos, e relações com o próximo e com a natureza.

Mas o que é a realidade? Bem, a partir das minhas experiências e leituras, penso que a realidade diz respeito ao real, palpável, o que se materializa diante de nós no cotidiano, e é dela que a ciência retira seus problemas de pesquisa. Mas não há uma realidade. Esta é subjetiva, e se constrói a cada dia em nossas relações com nossos semelhantes, e de pessoas e ambientes que nem conhecemos ou temos consciência de sua influencia em nossa vida. Ora, em meu cotidiano, não me deparo com uma equação matemática complexa? Com reações químicas exorbitantes que produzem calor, luz e as mais diversas sensações? Ou será que estes fenômenos passam despercebidos por nós o tempo todo e, nós, em nossa limitada capacidade de percepção da realidade, não nos damos conta que estes estão ao nosso redor?

Acredito que a segunda sentença é mais plausível, pois da mesma forma que eu, um estudante de um curso de Licenciatura em Educação Física não os percebo, da mesma maneira, um matemático ou um químico pode se deparar com o esporte, o lazer, a política, e

não perceber que estes fenômenos também os cercam e estão na mesma realidade que as equações e as reações.

Neste sentido, só percebi que tais fenômenos estão interligados, devido minha formação humana que me permitiu refletir criticamente sobre a realidade. Não quero aqui, neste pequeno diálogo, responder todas as questões e mistérios do mundo, nem tenho a petulância de me achar capaz de tal tarefa. Mas acho que posso contribuir dentro dos meus limites para a compreensão das políticas públicas de lazer e esporte de um pequeno município goiano, Aruanã.

Os motivos que me levaram a pesquisar este tema ainda não estão totalmente esclarecidos em minha cabeça. Acredito que se trata de uma mescla de três características:

- minha curiosidade como pesquisador: o que tenho vontade de pesquisar, quais dúvidas eu tenho acerca da realidade?

- minha competência como pesquisador: o que eu já pesquisei, quais minhas competências e características que me permitem tentar sanar as dúvidas que tenho?

- as oportunidades que tenho para realizar uma pesquisa.

Estes três aspectos foram decisivos na escolha de meu tema. Ora, se minha curiosidade como pesquisador me levasse a um tema totalmente fora da Educação Física, sem nenhuma relação com esta área do conhecimento, provavelmente eu não conseguiria um orientador, (o que iria inviabilizar qualquer chance de construção de uma monografia) e talvez o mais relevante, eu deixaria de demonstrar a relevância que este curso teve em minha formação acadêmica, e não devolveria parte deste tempo dispensado em novos conhecimentos para a área.

Se eu me interessasse por um tema que não soubesse nem por onde começar, ou que a dificuldade técnica para tal pesquisa estivesse muito além das minhas habilidades, e no momento eu não dispusesse de tempo para ampliá-las, provavelmente não conseguiria elaborar uma pesquisa de qualidade.

E por último, mas não menos importante, as oportunidades que tenho para realizar uma pesquisa, dizem respeito às estruturas físicas, instrumentos a disposição, recursos financeiros, e orientação para a pesquisa. Os três aspectos citados são frutos de uma reflexão feita por mim, algo subjetivo que faz parte de minhas experiências, não quero torna-los uma regra ou doutrina, mas fomentar uma reflexão sobre a iniciativa de se fazer uma pesquisa de cunho científico.

A partir do que foi exposto, apresento alguns aspectos que me direcionaram ao presente tema. Em março de 2013, quando o professor Humberto Inácio me convidou para fazer parte da pesquisa “Diagnóstico e Propostas para as Práticas de Ecoturismo como vetor de desenvolvimento territorial sustentável no município de Aruanã”. Aceitei o convite, inicialmente como voluntário, concorrendo a uma Bolsa PIBIC, iniciada em agosto de 2013. A partir daí, me inteirei com maior propriedade dos assuntos relacionados com o rio Araguaia, com maior ênfase na dinâmica socioambiental e nas práticas corporais, que eram até então os objetos de estudo da pesquisa. Perceba que em nenhum momento me aproximei das políticas públicas de lazer e esporte. Esta só foi possível graças a duas disciplinas do curso.

A primeira foi Introdução aos estudos do Lazer, ainda no quinto período do curso (primeiro semestre de 2013), ministrada pelo professor Humberto, que me possibilitou o primeiro contato com o lazer. A segunda disciplina foi a de Gestão e Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil, no sétimo período (primeiro semestre de 2014) ministrada pelo professor Wilson Lino, responsável por fomentar meu interesse na discussão sobre políticas públicas, bem como o papel do lazer e do esporte dentro das mesmas.

Desta maneira, foi possível relacionar os três aspectos citados anteriormente (minha curiosidade como pesquisador; minha competência como pesquisador; as oportunidades que tenho para realizar uma pesquisa), buscando estudar um tema dentro das possibilidades que se apresentavam no momento, que me causava e ainda causa interesse, e com todo um suporte estrutural (computador, gravadores, livros, laboratório para estudos) e orientação, pois este é um subprojeto da pesquisa coordenada pelo professor Humberto.

Após esta exposição pessoal sobre os caminhos que me levaram a esta pesquisa, inicio sua apresentação propriamente dita, usando uma linguagem acadêmica, expondo, debatendo em busca da maior compreensão do tema da pesquisa, as políticas públicas de lazer e esporte de Aruanã.

Em nossa busca por material bibliográfico sobre a região, poucas pesquisas foram encontradas. Uma delas estudava a aldeia Carajá localizada na cidade (LIMA; CHAVEIRO, S/D). Outra se relacionava ao valor recreativo do rio Araguaia na cidade de Aruanã (ÂNGELO; CARVALHO, 2007). Portanto na busca por maior compreensão de alguns aspectos da realidade local, nos propusemos a ampliar nossos estudos sobre a cidade de Aruanã neste subprojeto, em conjunto com o projeto coordenado pelo professor Humberto.

Aruanã se apresenta como uma cidade pequena, do interior do Estado de Goiás, que é banhada pelas águas do rio Araguaia. Estas características a colocam em uma posição de destaque no cenário turístico goiano, e tradicionalmente, no mês de julho, esta demanda se acentua, devido ao período de seca do rio, surgindo inúmeras praias de areia branca. Este fenômeno atrai uma diversidade de públicos, sindicatos, empresas, famílias, pescadores, caravanas, que se hospedam na cidade, ou montam acampamentos nas praias.

Buscando uma análise da cidade que não tenha como o objeto as ações voltadas para o turista, ainda que estas apareçam em determinados momentos devido a importância desta para a cidade, optamos por investigar as políticas públicas de lazer e esporte voltadas para o morador da cidade, aquele que, após o período de férias, o feriado, ou o evento turístico, continua na cidade, e a constrói e mantém no seu cotidiano.

Em outra pesquisa, que investigou as práticas corporais dos turistas nas praias do rio Araguaia, percebemos um distanciamento dos gestores no que diz respeito às ações voltadas para práticas corporais direcionadas ao turista. Os turistas ocupavam seu tempo com outros interesses, que se aproximavam do popular descanso. Tais características nos permitiram avaliar que as práticas corporais não eram as principais atividades de lazer dos turistas. (NASCIMENTO; INÁCIO, 2014). Estes resultados contribuíram para a necessidade de se relacionar este posicionamento da Gestão Municipal com a realidade dos cidadãos. Ou seja, procurar identificar políticas públicas pelas quais a gestão incentiva o lazer, o esporte e outras práticas corporais para a população, já que em relação aos turistas estes dados já estavam mais esclarecidos.

Segundo Starepravo (2014, p. 34) “A política pública muitas vezes é apenas a parte mais visível de todo um processo desenvolvido num espaço social específico, que comporta disputas, relações, alianças, decisões estratégicas ou não planejadas”. Portanto a busca pelo entendimento das políticas públicas de um determinado local deve considerar a sociedade em que esta se insere, a realidade local e suas características marcantes.

Desta maneira, nos deparamos com o seguinte problema de pesquisa: em Aruanã, uma cidade do que recebe uma grande demanda turística anualmente, que se mostra como sua maior fonte de renda, como se apresentam as políticas públicas de lazer e esporte voltadas para o cidadão aruanense?

Para nortear a pesquisa, traçamos como objetivo geral “Investigar as políticas públicas de lazer e esporte na cidade de Aruanã – GO”. Os objetivos específicos se apresentam nas seguintes sentenças:

- Verificar para qual o público estas políticas são destinadas;
- Compreender como a temporada de praia do rio Araguaia se relaciona com as políticas públicas de lazer e esporte;
- Identificar os espaços/equipamentos de lazer na cidade.

Para tanto, esta monografia está estruturada em capítulos, cujo primeiro é esta introdução.

O segundo capítulo trata de alguns aspectos conceituais dos fenômenos estudados. O lazer e o esporte são discutidos em um subcapítulo, em que além dos conceitos, apresentamos algumas discussões sobre sua relação com a sociedade em que se inserem. As políticas públicas ocupam o centro de outro subcapítulo, em que discutimos a relação de poder existente, esboçamos ideias sobre política pública e o direito social, a relação entre as políticas públicas de lazer e esporte e a universidade.

No terceiro capítulo entramos com maior propriedade na realidade pesquisada. Apresentamos em um subcapítulo os caminhos metodológicos da pesquisa. Em outro fazemos uma descrição mais aprofundada da cidade de Aruanã, alguns aspectos históricos, dados técnicos e a relação entre a cidade e o turismo. No terceiro subcapítulo apresentamos os dados relativos às políticas públicas de lazer e esporte para a população aruanense, em diálogo com a literatura apresentada no capítulo 2.

No capítulo 4 estão presentes as considerações finais, momento em que emitimos nosso posicionamento em relação aos dados da pesquisa, apontamos as lacunas da pesquisa, indicamos outros estudos possíveis/necessários à partir da realidade observada.

## **1 - ASPECTOS CONCEITUAIS DE LAZER, ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS.**

Feitas as considerações iniciais, partimos agora na busca pela compreensão do lazer e do esporte, dois fenômenos que corriqueiramente são vinculados de forma conjunta em muitos órgãos governamentais, leis, ministérios, levando ideia de serem indissociáveis. Buscamos aqui caracterizá-los de forma sistematizada, evidenciando as diferenças entre estes dois conceitos, e expondo suas aproximações. Para tanto, iniciaremos esta revisão de literatura apresentando alguns conceitos de lazer, e em seguida, alguns conceitos de esporte, para em seguida, iniciarmos um diálogo sobre políticas públicas.

### **1.1 - LAZER**

Nota-se que o lazer é um fenômeno humano, e que no senso comum está relacionado às atividades prazerosas, relaxantes, que servem como uma alternativa para o desgaste oriundo das tensões do cotidiano. Tensões essas geradas pelas inúmeras responsabilidades e tarefas que os indivíduos geralmente possuem como cuidar da família, da casa, deslocar-se no trânsito conturbado, toda uma série de atividades que demandam energia e tempo. Essas atividades do dia-dia são obrigações muitas vezes impostas como condição para uma vida em sociedade, e são as formas pelas quais cada um constrói sua existência. Mas faltou algo nesta caracterização do cotidiano, algo que faz boa parte das pessoas acordar pela manhã, saírem de suas residências, realizar as mais diversas atividades que em grande parte dependem da interação com outras pessoas. Enfim, estamos nos remetendo aqui ao trabalho, e para uma compreensão sistematizada do lazer necessitamos esclarecer alguns pontos que norteiam o pensamento em relação ao trabalho.

Nossa perspectiva indica um conceito de trabalho que vai além da atividade produtiva capitalista, em que o sujeito vende sua mão de obra por um determinado valor, geralmente em dinheiro, podendo comprar outros objetos e serviços, oriundos do trabalho de outras pessoas, cada qual com seu valor. Buscamos aqui conceber o trabalho de uma forma ampla e abrangente, mas que também compreende historicamente como os humanos se apropriaram da natureza, e a partir dela retiraram os meios necessários para sua sobrevivência, modificando-a de acordo com sua necessidade.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com

a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, S/D, p.1).

Segundo Inácio (1997a) para definir o lazer é necessário compreender sua relação com o trabalho. Estes mantêm uma relação intrínseca, e são resultantes de um processo sócio histórico, mas suas configurações atuais são oriundas de um processo industrial, iniciado no século XVII, iniciando um maior controle do tempo, que começou a ser medido, mensurado, mecanizado. Acerca da mecanização do tempo e do controle deste em relação ao trabalho e não trabalho, Padilha (2004, p. 220) destaca:

Os séculos XVIII e XIX foram importantes para o significado do tempo de trabalho e do tempo de não trabalho, pois o desenvolvimento das indústrias nesse período altera os "usos" do tempo. A partir da chamada Revolução Industrial, exige-se maior sincronização e controle do tempo, tanto no trabalho como fora dele. Antes das sociedades industriais, o limite entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho era tênue, uma vez que os homens eram mais autônomos em relação ao uso de seu tempo. No campo, o camponês orientava - e em alguns lugares ainda pode orientar - o tempo de suas atividades pela natureza, pela posição do sol, pelo canto do galo e o ritmo de trabalho variava de pessoa para pessoa. Com o desenvolvimento das indústrias e do capitalismo, o tempo do homem passa a ser medido pelo dinheiro e o tempo dominante passa a ser o tempo das máquinas. Assim, os donos das máquinas passam a ser vistos como os donos do tempo.

A mensuração do tempo possibilitou sua mercadorização, ou seja, este passa a ter um valor, pode ser comprado e vendido, permitindo seu controle, portanto o controle do tempo de trabalho é um aspecto fundamental para a compreensão do lazer.

Embasado em Karl Marx, Inácio (1997a) pondera que o trabalho é característico do ser humano, pois é através dele que há a apropriação e transformação da natureza a fim de garantir a sobrevivência. A partir do exposto, o autor destaca dois tipos de trabalho, o alienado e o concreto. No trabalho alienado, os frutos deste são expropriados do trabalhador, seus resultados não o pertencem. O trabalho concreto cria valores e seus resultados são úteis ao trabalhador e à sociedade, e dele surge a possibilidade do lazer. Defende-se aqui o conceito de trabalho concreto por entender que mesmo quem está fora do mercado de trabalho (desempregados, crianças, aposentados, pessoas que realizam afazeres domésticos em suas residências) podem estar envolvidos em atividades de lazer.

Mas este não é o tipo de trabalho presente na realidade de nossa sociedade. Nela, o trabalho é expropriado, se confunde com a mera venda da mão de obra, se aproximando do

trabalho alienado apresentado. Mas se o trabalho é alienado, há a possibilidade de uma fuga desta alienação no lazer? Ou este seria somente mais um instrumento de dominação da classe trabalhadora?

Para responder esta questão, apresentamos a relação entre o lazer e a cidadania presente em Mascarenhas (2004), que almeja compreender o lazer dentro da lógica neoliberal, com a redução do Estado Social, em que as mudanças no cenário econômico acarretam mudanças nos direitos sociais como um todo, entre eles, o lazer, que se aproxima de sua mercadorização. Segundo o autor, “junto com conquistas como educação, saúde, proteção ao trabalho, seguridade social etc., o direito ao lazer, igualmente entendido como um pressuposto de cidadania, encontra-se sob ameaça.” (MASCARENHAS 2004, p.74).

O autor afirma que esta fragmentação dos direitos sociais se inicia no antigo Estado Social brasileiro, espelhado no *Welfare State*, em vigor dos anos de 1950 a 1970 nos Estados Unidos e Europa, numa tentativa de copiar estas políticas. Ainda que de forma precária, conseguiu abranger a área da saúde, educação e previdência social. O lazer, por sua vez, ficou sob a responsabilidade das parcerias entre estado e iniciativa privada, o Sistema ‘S’ (SENAC, SESC, SENAI, SESI, SENAT, SEST, SENAR, SESCOOP e SEBRAE)<sup>1</sup> e clubes sindicais e outras entidades recreativas (MASCARENHAS 2004).

O que estava presente nestas ações, mas de forma oculta, era a intenção de garantir por parte do estado, condições mínimas de mão de obra, que o autor chama de preocupação com o capital humano, um conjunto de qualidades que ampliariam a produtividade do trabalhador. Ou seja, os investimentos em educação, saúde, previdência e lazer, tinham como objetivo capacitar a mão de obra e aumentar a produtividade do trabalhador, o que tornava os direitos sociais em formas de se garantir mão de obra. Neste contexto o autor explica a subordinação formal do lazer ao capitalismo: ele colabora com a reprodução da força de trabalho, mantinha o salário para consumo de bens-duráveis, e ainda é um incentivo para melhorar a produtividade. (MASCARENHAS 2004).

Este modelo de estado se desgasta, e entra em crise o início dos anos 1970. Entram em vigor ideias e princípios neoliberais. Diminuição da intervenção estatal na economia, que ganha o mercado como regulador. No Brasil, este movimento ganha força no início dos anos 1990, principalmente com o Governo Fernando Henrique Cardoso. Esta diminuição do papel do estado nos direitos sociais acaba gerando uma série de exclusões, pois aqueles que não têm

---

<sup>1</sup> Cf. <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em 20/11/2014.

dinheiro, não tem acesso. O autor os denomina os “sem-direitos”, e a juventude “sem-lazer” (MASCARENHAS 2004, p.78). Ou seja, aqueles setores da população que não se encontram dentro do mercado de consumo dos equipamentos de lazer, nem são atendidos pelas políticas públicas de lazer.

Uma vez que o fundo público, por meio das políticas sociais, deixa de ser aplicado no financiamento da força de trabalho [...] para concentrar-se prioritariamente na reprodução do capital, não é de se estranhar o sucateamento, a terceirização e a privatização de espaços e equipamentos públicos, sem falar da transferência e desresponsabilização, por parte do Estado, de suas antigas obrigações quanto à garantia de acesso aos direitos sociais, dentre os quais o direito ao lazer. [...] Isto se traduz, perversamente, por um processo de naturalização das desigualdades. (MASCARENHAS 2004, p. 79).

É neste contexto que o lazer assume uma subordinação real ao capitalismo, ele se torna mercadoria, que possui valor de mercado. O chamado “mercolazer”, passando a assumir diversas formas, de acordo com o público que o consome. Como alternativa a este processo, ele apresenta no início de sua discussão, a ideia de "lazerania", que

[...] ao mesmo tempo em que procura expressar a possibilidade de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade, isto é, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social de uma sociedade cujo direito ao lazer pode ter seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram poder econômico (MASCARENHAS 2004, p.74-75).

Concordamos com as ideias de Mascarenhas, que nos mostram que o lazer pode oferecer uma alternativa de liberdade das amarras do trabalho alienante, e de maneira lúcida, sabemos que ele não pode ser visto como um momento de escape da realidade, uma ferramenta de obtenção de satisfação pessoal por meio de atividades recreativas. O lazer deve ser um tempo de ressignificação, conforme aponta Inácio (1997a), mas é preciso instaurar outro tipo de trabalho, diferente do modelo que se configura atualmente, próximo ao trabalho concreto, para se vivenciar o lazer em um tempo de liberdade.

(O lazer) elemento de oposição ao trabalho alienante limitador das possibilidades humanas, que deve ser transformado, como quer Pacheco, em “um espaço de criação e recriação de identidades individuais e coletivas” (PACHECO, 1992, p.252), com potencialidades no sentido de fazer emergir novos valores (ou valores já esquecidos) de cooperação e solidariedade, indispensáveis para um convívio harmonioso e justo entre os homens. (INÁCIO, 1997a, p. 24).

Portanto, apontamos no lazer um momento de mudança, de exercício da cidadania e que deve ser construído coletivamente. Quer dizer que as opções de lazer não devem ser verticalizadas e monopolizadas, mas devem representar um direito da população a seu acesso.

Neste caminhar acadêmico, faz-se importante destacar alguns elementos conceituais acerca de espaços e equipamentos de lazer. De Pellegrin (2002) aponta que estes fazem parte do desenho das cidades modernas, e que sobre eles operam forças de ordem econômica e política, de maneira que não se pode desvincular estes locais das outras estruturas das cidades, como os transportes, habitação, dentre outros.

Stucchi (1997) afirma que os espaços de lazer são aqueles em que há a possibilidade de se desenvolverem relações descompromissadas com o sistema produtivo do trabalho, desta forma, todos os lugares onde há relações humanas pode ser um espaço de lazer.

Os equipamentos de lazer são estruturas situadas de alguma maneira nas proximidades (em um espaço) de uma determinada população que usufrua de suas instalações. A partir da perspectiva de Camargo (1984), Stucchi (1997) aponta algumas características dos equipamentos de lazer, que podem ser resumidos em: Equipamentos específicos especializados (atendem a uma demanda especializada), equipamentos polivalentes (recebem programações diversificadas, podendo ter capacidades médias e grandes, variando de acordo com a quantidade de pessoas atendidas e o número de atividades presentes), equipamentos de turismo (associados à atividade turística) e equipamentos não específicos (construídos com outra finalidade que não o lazer, mas pode ser apropriado por este).

Assim sendo, os espaços e equipamentos de lazer devem representar as vontades e necessidades das pessoas que os usarão; da mesma forma, os conteúdos do lazer deveriam seguir esta mesma dinâmica. Neste sentido, o esporte - uma das possíveis manifestações presentes no tempo de lazer assume papel significativo, o que não quer dizer que esporte e lazer sejam sinônimos, muito menos iguais.

## 1.2 - ESPORTE

As tentativas de conceituar o esporte vem sido publicadas ao longo do século XX, embasadas nos mais diversos referenciais teóricos, o que mostra que este não é um fenômeno exclusivo da Educação Física; contudo, é nela que este tem historicamente seu espaço, sejam

nas aulas escolares, nos eventos esportivos amadores e profissionais, enfim, nos diversos campos de atuação em que a Educação Física está presente.

O lazer, tem cada vez mais sido ocupado por atividades esportivas, seja com praticantes, expectadores de eventos esportivos que acontecem em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais, com cobertura dos mais diversos meios de comunicação.

Buscando compreender e apreender tal conceito, apontaremos alguns autores que discutem o esporte, um dos maiores fenômenos sociais presentes nos séculos XX e XXI tomando para si muitos espaços que eram destinados a outras atividades e interesses.

Valter Bracht (2005) afirma que o esporte moderno tem origem por volta do século XVIII, e está relacionado à esportivização de elementos da cultura corporal europeia, e foi sendo disseminado pelo mundo por volta do final do século XIX e começo do século XX. Fruto desta dinâmica, o esporte moderno é entendido como um fenômeno extremamente expressivo, e que possui abrangência mundial, que acaba por incorporar práticas corporais<sup>2</sup> de diversas culturas. Para o autor, "no seu desenvolvimento consequente no interior desta cultura, o esporte assumiu suas características básicas, que podem ser sumariamente resumidas em: competição, rendimento físico-técnico, recorde, racionalização e cientificação do treinamento". (BRACHT, 2005, p. 14).

No Brasil, a classificação do esporte é determinada pelo decreto nº 7.984, que regulamenta a lei nº 9.615/98, que em seu artigo terceiro, reconhece o esporte em três manifestações distintas. São elas, o desporto educacional, o desporto de participação e o desporto de rendimento. Este último pode ser organizado e praticado de modo profissional (remunerado por contrato formal) e não profissional (sem remuneração, mas com permissão para incentivos materiais e de patrocínio). Esta divisão, no entanto, não limita a influência de um determinado tipo de esporte nos diferentes espaços. Sabemos que o esporte de rendimento é o que recebe maior atenção dos meios de comunicação, portanto acaba por direcionar a vivência das outras duas formas.

---

<sup>2</sup> Silva (2014) afirma que as práticas corporais são fenômenos característicos de manifestações culturais, expressados corporalmente e que geram impactos orgânicos, sendo constituintes da corporalidade humana. A autora defende que este termo leva em consideração diversos elementos da vida humana que foge à racionalização imposta ao corpo, potencializando sensações de alegria e ludicidade. Este conceito abrange as mais diversas manifestações corporais como as lutas, a ginástica, os jogos e os esportes, além de avançar em relação a conceitos como atividade física e exercício físico, pois vai além da simples associação entre movimento e gasto calórico.

Bracht (2005), em uma análise das formas em que o esporte é caracterizado pela Constituição Federal, reorganiza esta classificação em duas formas. A primeira é o esporte de alto rendimento ou espetáculo, cuja característica central é sua mercadorização e divulgação nos meios de comunicação. A segunda corresponde ao esporte enquanto atividade de lazer, que se difere do anterior principalmente no sentido que recebe por seus praticantes. Já o esporte praticado em caráter educacional,

pode na verdade, vincular-se a uma das duas perspectivas de esporte acima referidas, embora pareça predominar hoje, em maior ou menor grau, as características do esporte de rendimento. Ou seja, a manifestação do esporte que ainda fornece o modelo para o esporte escolar é o de alto rendimento. (BRACHT, 2005, p.16).

Destacamos que o autor organiza o esporte nas duas categorias citadas, e reconhece a influência que modelo esportivo de alto rendimento tem sobre a forma em que o esporte é apropriado no âmbito do lazer e da educação.

Faremos um pequeno parêntese para discutirmos a presença de dois vocábulos neste texto: desporto e esporte. As duas expressões se referem ao mesmo conteúdo, porém, desporto é uma palavra usada em Portugal, enquanto esporte deriva da palavra *sport*, mais usada pelos ingleses. O processo de apropriação desta palavra pelos brasileiros gerou o termo esporte. Lino Castellani Filho (1998, p. 12), em uma nota de rodapé, discute o uso das terminologias desporto, *sport* e esporte:

A Constituição brasileira de 05/10/88 trata, em seu artigo 217, do Desporto. Então, a expressão Esporte é errada? Possui outro significado? João Lyra Filho (mentor intelectual do decreto-lei n° 3.199/ 41), logo após o prefácio do Professor Gilberto de Macedo à 3ª edição (1974) de seu Livro Introdução à Sociologia dos Desportos e antes do Preâmbulo, nos apresenta as seguintes considerações sobre o assunto: "Desporto, *Sport* ou Esporte? Pedi uma resposta ao saudoso mestre Antenor Nascentes, que se manifestou assim: — 'Nem desporto nem *sport*, esporte. Desporto é um arcaísmo que Coelho Neto procurou reviver quando se criou a respectiva Confederação. Coelho Neto era muito amante de neologismos. Haja vista o paredro. A palavra inglesa há muito tempo está aportuguesada e bem aportuguesada; é usada por toda a gente. Devemos usar a linguagem de todos, para não nos singularizarmos. Não está de acordo?' Respondi-lhe, com a vênia devida, que permaneço na dúvida. Não desconheço a influência do gosto popular e estimo deveras as dominantes da literatura oral. Mas indo às origens do nosso vernáculo, identifico o uso da palavra desporto nas letras e na boca de Portugal. Não só os quinhentistas, inclusive Sá de Miranda, empregavam desporto. Não tem havido outra opção no escrever e no falar dos portugueses. A palavra *desport* já era de uso no francês antigo, significando prazer, descanso, esparecimento, recreio; com este sentido, figura em poesias de Chaucer. Os ingleses a tomaram por empréstimo, convertendo-a, depois, no vocábulo *sport*. Uma nova razão faz-me permanecer adepto do vocábulo arcaico: ele

foi atraído à própria Constituição desta nossa República Federativa. O artigo 8º, sobre a competência da União, dispõe na alínea q do item XVII: 'legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sobre desportos Não desejo ser denunciado como infrator da nossa Carta Magna...Mas a denúncia pode prosperar, com mudança de acusado, pois não são raras, na legislação do país, as vezes em que os autores dos respectivos textos oficializam o vocábulo esporte.'" Com todo respeito a João Lyra Filho, eu fico com Esporte!

Percebe-se então, que o uso do vocábulo desporto em várias ocasiões, inclusive na Constituição Federal de 1988 demonstra a influência portuguesa em nosso país. Este termo, que foi concomitantemente substituído pela expressão esporte, ainda está presente na Constituição. Mas, distintamente, o atual ministério responsável pela implementação de políticas de esporte/desporto é o Ministério do Esporte. Programas como o PELC - Programa de Esporte e Lazer da Cidade - usam o vocábulo Esporte. Portanto, neste trabalho adotaremos Esporte ao nos referirmos às manifestações esportivas.

Voltando a busca pela caracterização do esporte, destacamos as ideias de Inácio (1997a), que apresenta uma reflexão acerca do papel do esporte no lazer de trabalhadores de empresas brasileiras, baseado em três teses: A primeira é a de Valter Bracht (1989), que faz a relação entre esporte e poder, em que há uma via de mão dupla, onde o poder se apropria do esporte e, da mesma forma, o esporte se apropria do poder. Com base nas assertivas da Escola de Frankfurt, Bracht afirma que o poder se apropria do esporte por meio de sua coisificação e alienação - o esporte nada mais é do que um produto, uma coisa, que perde seu valor natural - pela repressão e manipulação dos desejos - repressão de instintos que buscam prazer, satisfação, manipulando os indivíduos de modo que eles não percebam suas reais necessidades. Segundo estas características, o esporte moderno assemelha-se ao modelo industrial, na busca pelo rendimento, disciplina, organização, autoridade, concorrência, racionalização e burocratização.

Analisando a reflexão de Bracht (1989), Inácio (1997a) afirma que as associações classistas e os setores de Recursos Humanos conhecem a importância da camuflagem da relação conflituosa entre o trabalho e o capital, usando o esporte como alienador desta relação, ao mesmo tempo em que ele serve de instrumento para fixação de conceitos com trabalho coletivo, participação, competitividade, comportamentos desejados no tempo de trabalho. Portanto o esporte oferecido pelas empresas no tempo de lazer é uma ferramenta para manutenção das relações de desigualdade no trabalho.

A segunda tese trabalhada por Inácio, é a de Mauro Betti, apresentada por Ana Márcia Silva (1992), em crítica ao artigo intitulado "Esporte, educação e sociabilização: algumas reflexões à luz da sociologia do esporte". Tal artigo destaca alguns aspectos positivos para o esporte: "espírito de equipe, impressão de justiça social pela igualdade de condições, caráter indiscutível das regras, comportamentos moralmente aceitos, hierarquia flexível, justiça e imparcialidade." (BETTI, 1988, apud INÁCIO, 1997a, p.38). A crítica de Silva (1992) vai em direção à alimentação da ilusão da igualdade de condições no esporte, pois segundo a autora, as diversas condições de desigualdade na sociedade já seriam fatores de inviabilização para a igualdade no esporte. Para além da desigualdade, a autora aponta outras características do esporte que o aproximam do individualismo e da perda da liberdade de ação e reflexão, pois "suscita nos indivíduos comportamentos coerentes com a lógica das sociedades ocidentais modernas<sup>3</sup>" (SILVA, 1992, p. 13, apud INÁCIO 1997a, p. 39).

O autor segue seu raciocínio expondo a ideia de que o esporte pré-determinado passa a ser um instrumento que educa o trabalhador segundo o modelo da sociedade capitalista (INÁCIO, 1997).

A terceira tese, Diegues (apud BRACHT, 1989) vai em direção à disciplinarização do corpo, criando uma liberdade condicionada, que usa o esporte como reforço de ideologias que servem a um determinado tipo de modelo social. Portanto o esporte seria uma forma de liberdade dentro de condições pré-estabelecidas, ocupando a maior parte do tempo disponível para o lazer.

Finalizando suas exposições, Inácio se posiciona de forma crítica em relação ao esporte, situando-o como um instrumento a favor dos interesses do capital. Mas abre espaço para uma nova visão do esporte, apoiado em Bracht, como um instrumento de luta e resistência.

Interessante observar que, apesar desta posição, em texto escrito em 2014<sup>4</sup>, Inácio se posiciona de forma diferente em relação ao esporte:

Concordamos com o que Brohm e Mandell (apud STIGGER, 2002) apresentam, nos quais entendem o esporte como um fenômeno social, determinado em grande medida pelas estruturas sociais, reproduzindo seus valores e significados, com vínculos estreitos com as características e elementos que constituem a ordem sócio econômica capitalista. Nosso ponto de vista é convergente com estes autores por pensarmos que o esporte não

---

<sup>3</sup> Sociedade de ordem sócio econômica capitalista.

<sup>4</sup> Ainda não publicado.

pode ser reformado, ou receber uma transformação que o distancie de suas características originais. (INÁCIO, 2014, s.p. TRADUÇÃO NOSSA)<sup>5</sup>.

Com esta afirmação, o autor evidencia que após um período de aproximadamente 17 anos de novas leituras, discussões, observação da realidade, seu posicionamento acerca da função social do esporte mudou. Para ele, o esporte em sua configuração atual não pode ser mudado sem que haja uma mudança na sociedade, e se esta mudança acontecer, o fenômeno conhecido como esporte não terá lugar. Este deverá ser repensado, o que causaria uma ruptura com seus preceitos fundamentais causando sua descaracterização.

Para melhor compreensão dos argumentos de Inácio (2014), apresentaremos as ideias de Stigger (2002), no primeiro capítulo de seu livro "Esporte, Lazer e Estilos de Vida - Um estudo etnográfico". O autor aponta a relevância social do esporte, que se tornou tema de uma série de estudos sociológicos, e a partir de alguns destes, ele procura compreender o fenômeno esportivo e seus significados. Stigger afirma que estes estudos possuem ambiguidades, um exemplo disso são as inúmeras tentativas de defini-lo, mesmo com o grande número de obras que estudaram e estudam o esporte, sociedade e cultura. Torna-se importante destacar que o autor afirma analisar o esporte desde um *olhar sociocultural*, construído "[...] em referências de diversas áreas como: a sociologia, a antropologia, a história e a filosofia." (STIGGER, 2002, p. 14)

A partir deste olhar, ele inicia uma análise crítica de diversas abordagens sociológicas sobre o esporte, definindo limites e possibilidades de cada uma, bem como aproximações e distanciamentos que estas tem entre si, dividindo estas abordagens em três grupos. O primeiro corresponde àquelas que situam o esporte numa visão institucional e homogênea; o segundo, àqueles que compreendem o esporte num processo histórico de longa duração e, um terceiro, que busca a heterogeneidade do esporte. Posteriormente o autor sintetiza estes três grupos em dois campos de entendimento sobre o esporte (STIGGER, 2002).

O primeiro grupo se apoia em autores como Bouet (1968), Brohm (1976 e 1978), Guttman (1978), Mandell (1986) e Guay (1993).

---

<sup>5</sup> Texto original em espanhol: *Tenemos concordancia con lo que presentan Brohm y Mandell (citados por STIGGER, 2002), los cuales entienden el deporte como un fenómeno social, determinado en gran medida por la(s) estructura(s) social(es), reproductor del valor y de los significados de estas estructuras, con vínculos estrechos con las características y elementos que constituyen el orden económico-social capitalista. Nuestro punto de vista es convergente con estos autores, por lo que pensamos que el deporte no puede ser reformado, o recibir una transformación diferente lejos de sus características originales.* (INÁCIO, 2014, s.p).

Desde a perspectiva de Bouet (1968), Stigger aponta que o esporte é composto de características semelhantes as de uma instituição, portanto um fenômeno humano que deve ser analisado de forma ampla, pois possui normas e valores enraizados na sociedade em que se insere. Ele ainda destaca que os elementos essenciais do esporte são a "experiência corporal, o movimento vivido, o afrontamento de obstáculos, a busca da *performance* e a competição" (STIGGER, 2002, p.17). Ainda segundo as ideias de Bouet, o esporte não é um fenômeno homogêneo, mas plural.

Cabe aqui uma observação: percebemos que o autor classifica as ideias de Bouet dentro do grupo que situa o esporte numa visão institucional e homogênea. O autor incluiu Bouet no grupo por sua visão de esporte semelhante a uma instituição, já que, segundo Stigger (2002, p.17), "Bouet propõe-se ainda a explicar as funções do esporte, concluindo desta análise que este não é um fenômeno homogêneo, mas que se expressaria numa grande pluralidade, relacionada com fatores diferenciais". A hegemonização do esporte acontece quando esta pluralidade é resumida e categorizada dentro da organização do esporte.

Para finalizar a análise da obra de Bouet, Stigger traz à tona a ideia do "esporte cultura" (BOUET, 1968, p.670 apud STIGGER, 2002, p.18), que se manifestaria no lazer, carregado de manifestações intrínsecas do esporte.

Em seguida há a análise da obra de Brohm (1976 e 1978), a qual realiza uma aproximação entre o esporte e a sociedade capitalista industrial, em que o esporte reproduz características típicas desta sociedade, como o rendimento, a competição, a alienação, a ideologia política, a objetivação e racionalização da produtividade, a hierarquia social e a burocracia. Este modelo seria transposto para outras esferas da vida, incluindo o lazer.

Na sequência, o autor parte para a obra de Allen Guttmann (1978), o qual desenvolve uma análise da transformação do esporte ao longo do tempo, até se configurar nos moldes do esporte moderno, possuindo características únicas, como: Secularismo, igualdade, especialização, racionalização, organização burocrática, quantificação, recorde. Esta configuração do esporte é fruto de dois eventos históricos, a Revolução Industrial e a Reforma Protestante, pois estes foram responsáveis pela perda da espontaneidade do jogo, em direção à sua racionalização (STIGGER, 2002).

Mandell (1986) também aborda o esporte historicamente. O autor também vincula o esporte ao surgimento do processo industrial, principalmente na Inglaterra, e se difundiu por todo o mundo, devido ao modelo de desenvolvimento e prosperidade da sociedade Inglesa.

Esta abordagem também traz à tona elementos como a autoridade, burocracia, racionalidade, disciplina, competitividade, característicos da sociedade industrial, portanto, alvo de críticas por parte de Mandell, que aponta a ineficiência deste modelo social, conseqüentemente deste modelo de esporte. (STIGGER, 2002).

Guay (1993) aborda a questão cultural do esporte, que se insere em uma sociedade que produz e reproduz os modelos de racionalização da sociedade ocidental desde o século XVII.

Stigger afirma que este primeiro grupo aborda o esporte em conjunto com a organização social, política e econômica em que este se insere, portanto é determinado por estes fatores, o que gera a crítica aos valores presentes no esporte. A racionalização da vida moderna é o principal fator de semelhança na obra destes autores. O autor afirma ainda que esta visão acaba por deixar de lado as possibilidades que o esporte pode apresentar nos diferentes espaços e tempos em que ele é praticado, ou seja, quando praticado por pessoas comuns. O segundo grupo de autores entende o esporte num processo histórico de longa duração, corresponde ao trabalho de Norbert Elias e Eric Dunning "A busca da excitação (1992)". Este trabalho busca explicar o esporte a partir de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo as áreas da sociologia, psicologia e história. Elias & Dunning apontam que o esporte é fruto do processo civilizatório ocorrido na Inglaterra no século XVIII, em que o aumento da sensibilidade em relação à violência, em que houve um processo de aversão à violência explícita, sendo ela substituída pela violência simbólica. O esporte vem então como uma válvula de escape, como o produtor de tensões-excitações "necessárias para a saúde mental" (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 137-138, apud STIGGER, 2002, p. 29). Um ponto chave exposto por Stigger em relação às obras, é a abertura que este pensamento permite, flexibilizando o entendimento do esporte em mais de um significado social, concretizado nas escolhas dos praticantes, especialmente no âmbito do lazer. (STIGGER, 2002).

O terceiro grupo de autores exposto por Stigger busca a heterogeneidade do esporte: Pociello (1981), Bourdieu (1990), Bento (s.d), Padiglione (1995).

Pociello (1981) segue um pensamento próximo ao de Elias & Dunning, propõe uma abordagem sociocultural das práticas esportivas, a qual se afasta de uma compreensão unitária do esporte. Reconhece a determinação social do esporte, mas aponta "mecanismos distintivos" (POCIELLO, 1981, p.13, apud STIGGER, 2002, p.32) que representam a materialização das necessidades pessoais, algo subjetivo, portanto foge à padronização dos teóricos do primeiro grupo.

Bourdieu (1990) aborda o uso que dois grupos distintos dão ao esporte. Um grupo corresponde àqueles que praticam o esporte da forma em que ele se configura na maior parte do imaginário social. Outro grupo é aquele que o compreende de forma distinta, apropriando-se do esporte, mas dando outra significação para este. Portanto o esporte socialmente realizado pode receber diversos significados (STIGGER, 2002).

Ao analisar a obra de Bento (s/d), Stigger apresenta a formulação deste autor, o qual defende que o desporto<sup>6</sup> é plural, segue a formas particulares de se lidar com a corporeidade, manifestadas em diversas modalidades, cada qual com seu sentido.

Padiglione (1995) encontra na heterogeneidade do esporte a justificativa da sua dificuldade de conceituação, pois cita as variações internas dos diversos esportes existentes, aproximando-se de Bourdieu. A forma lúdica pela qual o esporte pode se configurar em diversos grupos já se difere, segundo o autor, da forma sistematizada e estruturada do chamado esporte oficial.

Stigger agrupa estes autores em um grupo teórico que defende a heterogeneidade do esporte devido seu posicionamento em relação às múltiplas configurações que o esporte apresenta, de acordo com o usuário, e usam a cultura como um diferencial, sendo que esta determina o modo de apropriação do esporte.

Num palco de contradições sociais, os diferentes protagonistas participam com uma posição ativa, capaz de criar e recriar suas práticas culturais, na perspectiva do *efeito de apropriação*, apontado por Bourdieu [...] chamando atenção - entre outros aspectos - para o elemento *gosto*, enquanto aspecto de fundamenta importância no momento das escolhas culturais. [...] Neste sentido e esporte, junto com outras práticas culturais, manifestar-se-ia segundo aspectos distintivos de seus praticantes, constituindo uma das expressões dos diferentes estilos de vida. (STIGGER, 2002, p. 36).

Após esta apresentação dos três grupos de autores e seu posicionamento em relação ao esporte, Stigger os reorganiza em duas perspectivas. A primeira é composta por Bouet; Brohm; Guttmann; Mandell; Guay; e se posiciona com uma visão homogênea do esporte. A segunda é composta por Elias & Dunning; Pociello; Bourdieu; Bento; Padiglione, e é voltada para a heterogeneidade que o esporte assume ao ser apropriado por diferentes sujeitos sociais.

Feitas as considerações acerca dos dois grupos, Stigger se aproxima da segunda perspectiva de compreensão do esporte, pois:

---

<sup>6</sup> O autor usa este termo para se referir ao esporte. Optamos por não mudá-lo para garantir maior fidelidade na análise. Maiores detalhes acerca das denominações 'desporto' e 'esporte' foram apresentadas anteriormente no texto.

Ao reconhecer o esporte como um fenômeno cultural difundido globalmente, que traz consigo um universo de significações hegemonicamente colocadas, a intenção é compreendê-lo na sua expressão particular, vendo-o como uma prática social inserida no âmbito do lazer e como elemento constitutivo dos estilos de vida. Prática esta que, com características distintivas expressas nas diferentes formas de apropriação cultural do cotidiano dos atores sociais, vincula-se a uma realidade mais ampla da sociedade na qual está situada, numa relação de integração e de conflito (STIGGER, 2002, p.75).

O posicionamento emitido pelo autor após analisar diversas obras e categorizá-las de acordo com suas concepções de esporte, se mostra aberto à discussão do esporte como fenômeno cultural, que é determinado pela realidade social, mas em uma via de mão dupla, também determina o grande cenário ao se inserir nas práticas cotidianas nos espaços de lazer das pessoas. Ele não se prende somente ao determinismo social do esporte, mas busca nele formas de criação de estilos de vida.

A partir das reflexões aqui expostas, destacamos que o esporte é um fenômeno que tem em sua estrutura fundamental os alicerces do modelo da sociedade de ordem econômica capitalista: rendimento máximo, racionalização da prática, burocratização, além da grande mercadorização, que por muitas vezes é um fator determinante para a forma em que o esporte é praticado. Em muito o esporte praticado no tempo de lazer se espelha no modelo de rendimento, o que não quer dizer que a imagem refletida é idêntica, pois o esporte no tempo de lazer acaba por incorporar características que se remetem à ludicidade, à liberdade de se praticar, e ao caráter desinteressado em relação a recordes. O indivíduo que em seu tempo de lazer, nada em um clube ou associação, não se preocupa em bater o tempo récorde dos 50m livre por exemplo. O que não quer dizer que ignoramos a influência do modelo de rendimento, seja na forma e que se configuram os espaços e equipamentos de lazer, os materiais vendidos semelhantes aos usados por atletas nas competições, é perceptível uma tentativa de padronização do esporte, mas há também a atitude da pessoa em relação à atividade de lazer, podendo seguir ou não o modelo hegemônico.

O que defendemos aqui é a ressignificação do esporte no tempo de lazer, que neste processo de transformação, perca boa parte das características individualistas e excludentes, permitindo o surgimento de uma variedade de práticas corporais marcadas pela liberdade de escolha de seus praticantes, que as vivenciarão da forma em que lhe forem mais convenientes, participando inclusive do processo criação e sistematização dos espaços e equipamentos necessários para o desenvolvimento de sua prática. Em um processo de

cidadania, as práticas corporais no tempo de lazer seriam mais uma ferramenta de democratização do acesso à cultura.

Para compreender melhor este processo, abordaremos no próximo capítulo aspectos fundamentais para a democratização do lazer e do esporte, as políticas públicas.

### 1.3 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E ESPORTE

Percebe-se que o esporte é um tema de grande discussão dentro da Educação Física, que historicamente se apropriou deste fenômeno, inclusive dando maior ênfase neste fenômeno em detrimento de outras práticas corporais. Neste sentido, ponderamos que o esporte tem sido usado pelo Estado no tempo de lazer, com as mais diversas funções. Bracht (2005, p. 71-72) afirma que

A função básica do Estado nas sociedades capitalistas portanto, é garantir a reprodução do capital. Por isso, o esporte será objeto de atenção do Estado em função de sua maior ou menor contribuição nesse processo: seja via promoção da reprodução da força de trabalho, seja provocando efeito estabilizador como atenuador de tensões sociais. A localização das prioridades do Estado, se no âmbito do esporte de lazer ou no de alto rendimento ou espetáculo, pode ser um indicador dos motivos ou dos "serviços" (benefícios) que o Estado espera do esporte.

A partir das ideias expostas nos sub capítulos anteriores, percebemos que lazer e esporte se aproximam como fenômenos emergentes a partir do florescimento do modelo de sociedade industrial. Eles se popularizaram no decorrer do século XX, atraindo o interesse de diversos agentes sociais, sendo o Estado um destes. Suassuna (2010, p.45-46) afirma que o

Estado constitui um ponto de referência na formação e na agregação dos cidadãos; tal formação deve ir além da transmissão de mensagens imbuídas de ideias e valores, estimulando a participação coletiva e a compreensão de que todos integram uma unidade.

Em seu Artigo 6º, junto com outros aspectos como educação, saúde e previdência social, o lazer recebe o status de direito social. Na mesma direção, o esporte é garantido no Artigo 217 “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um [...]” (BRASIL, 2012, p.121). Sobre os direitos sociais, Linhales (1998, p.73) afirma que

O que hoje consideramos como direitos sociais pressupõem a garantia e a provisão por parte do Estado, de políticas capazes de dar suporte ao bem-estar de todos os cidadãos. Os conteúdos ou as áreas sociais implicados na promoção do bem-estar social constituem direitos mínimos e universais, conquistados historicamente. Devem ser compreendidos como uma construção decorrente dos múltiplos conflitos e interesses que legitimam as chamadas democracias capitalistas contemporâneas.

A existência da lei por muitas vezes não é uma garantia de seu cumprimento, principalmente quando nos deparamos com a descaracterização das ações voltadas para o acesso da população aos seus direitos, que em alguns casos se configuram em serviços de baixa qualidade, ou acabam tendo que optar entre um direito ou outro. Seja pela desigualdade social que proporciona condições de vida paupérrimas, não havendo possibilidade de se garantir o básico para a sobrevivência, seja pelo desconhecimento dos direitos, ou até mesmo pela ineficiência das ações por parte dos gestores:

Numa escala de prioridades em uma sociedade pautada no modelo capitalista e neoliberal, o direito, tanto da classe trabalhadora, como de crianças e adolescentes, ao esporte e ao lazer, é tido como menos importante, considerando o mapa da desigualdade social do Brasil, por meio de índices como os de exclusão social, escolaridade, alfabetização, pobreza, violência, entre outros”. (POCHMAN e AMORIM, 2003 apud SUASSUNA et al 2007, p.25.)

Esta discussão do acesso aos direitos sociais no Brasil não é exclusiva do lazer e do esporte. Húngaro (2008) afirma que em tempos neoliberais, os direitos tidos como prioritários, a educação, a saúde, o trabalho e a assistência social estão sendo desmantelados, e as lutas por estes são vistas como reformismo, simples manutenção de conquistas históricas; a luta pela afirmação do lazer e esporte como direitos sociais tidos como menos importantes é ainda mais difícil de travar.

A forma que o Estado tem de garantir ao cidadão o acesso a seus direitos se dá pela formulação de políticas públicas que atendam às demandas da população. No senso comum a política é corriqueiramente relacionada com o partidarismo e debates entre candidatos a algum cargo que buscam o voto dos eleitores, muitas vezes com discursos ilusórios e idoneidade questionável. Estes discursos podem induzir as pessoas a perderem o interesse na política sem ter noção de seu real significado, pois desacreditam que ela enseje alguma possibilidade de mudança, distanciando os cidadãos da política, ao mesmo tempo em que ela se afasta das reais necessidades da população.

Na tentativa de apontar conceitos e ideias sobre política, apresentamos autores que a definem em sua forma mais "pura", em análises sobre sua função na sociedade e o que ela

representa, bem com as relações entre política e poder público. Desta maneira, Amaral (2004, p.181) nos aponta que:

A política, nos diversos enfoques que pode ter, seja como ciência ou arte, teoria ou prática, no senso comum ou na linguagem dos especialistas, refere-se ao exercício de alguma forma de poder, com suas múltiplas consequências. Contudo, relacionar a palavra política apenas ao exercício do poder não designa a totalidade de sua abrangência. É necessário refletir sobre o que é exercer poder. Em poucas palavras, poderíamos afirmar que é um processo pelo qual um grupo de pessoas, cujas opiniões ou interesses são a princípio divergentes, toma decisões coletivas que se tornam regras obrigatórias para o grupo e se executam de comum acordo.

A autora lista três tipos de poder, conforme Bobbio (1992): poder econômico, oriundo dos donos dos meios de produção; poder ideológico, oriundo das ideias e valores vigentes, que norteiam a sociedade e, poder político, que se dá na ação do Estado sobre a sociedade. No caso da sociedade capitalista, estes três poderes são usados para manutenção da divisão de classes. A própria construção que o senso comum tem sobre a política é reflexo de uma disputa de poder que tenta alienar o cidadão para que este se posicione de forma conformista e se sinta desmotivado a buscar mudanças em sua realidade.

Saviani (1997) é outro autor que faz uma interessante reflexão sobre a prática política<sup>7</sup>, afirmando que ela é uma prática social característica da sociedade de classes e que esta se apoia na verdade do poder, verdade que pode ser compreendida como o conhecimento, e este não é desinteressado, é uma forma de poder.

Segundo Silva et al (2011), as diversas relações existentes no espaço público são mediadas pela política. Os autores compreendem o espaço público como não sendo somente os prédios públicos, mas todos os espaços onde há acesso da população, inclusive espaços privados, como as casas, e os estabelecimentos comerciais são permeados pela política, e influenciados direta e indiretamente por ela. Nela encontram-se as relações de força, ou seja, as disputas de poder ocorrem a todo o momento. Nenhuma decisão política é tomada por acaso, sem interesses (grupos) e direcionamentos, pois as determinações políticas afetam diretamente a vida da população, na mediação das diversas relações e interesses existentes no espaço público.

Desta maneira, as relações de poder entre os diversos agentes sociais e sua mediação as múltiplas esferas no espaço público são condensadas nas políticas públicas.

---

<sup>7</sup> Não entraremos na questão das políticas educacionais nem nos aprofundaremos na relação entre a educação e política conforme apontada por Saviani (1997). Utilizamos o autor por acreditarmos que seus pensamentos acerca da política e o acesso ao conhecimento tem pertinência na reflexão apresentada neste trabalho.

Assim, podemos conceituar *política pública* como toda atividade política que tem como objeto específico assegurar, mediante a intervenção do Estado, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente. A princípio, entendeu-se que esta ação se dava prioritariamente direcionada as classes menos favorecidas da sociedade, contudo, a partir da forma intervencionista assumida pelo Estado, foi possível interpretá-las como políticas pensadas para atingir todas as camadas sociais. (AMARAL 2004, p. 183).

Portanto as políticas públicas são as formas que o Estado tem de manter o funcionamento da sociedade, mediado pelas relações de poder existentes no cenário social, que interferem diretamente nas decisões tomadas pelos legisladores. Essas decisões tem apontado uma predominância do esporte como o alvo das políticas públicas que envolvem o lazer, e a criação do Ministério do Esporte confirma essa aproximação.

No âmbito do esporte e lazer os esforços iniciais possibilitaram a “criação”, pela Medida Provisória 103/2003 assinada Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Ministério do Esporte (ME) com o objetivo de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”, expressando a intencionalidade do governo em reconhecer a agenda do setor. A partir de então as ações ministeriais evidenciaram o propósito de tornar o espaço para o debate sobre os temas do esporte e lazer democráticos (SOUSA, 2014, p.63).

Sousa (2014) afirma que a presença do Estado Brasileiro nos assuntos ligados ao esporte é incontestável, sendo a criação do Ministério do Esporte durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva um marco no que diz respeito à estruturação de um órgão específico para tal fenômeno. Porém,

os avanços registrados, criação do ME, seu desenho institucional, documentos legais (PNE, Documentos das Conferências, entre outros), não se demonstraram suficientes para a superação de barreiras que fragilizam o desenvolvimento de políticas efetivas para o setor de esporte e o lazer no Brasil. (SOUSA, 2014, p.66).

Ainda que lazer e esporte sejam fenômenos diferentes, conforme já apontamos anteriormente no texto, a criação do Ministério do Esporte com a incumbência de cuidar dos assuntos ligados ao lazer não acontece por acaso, tem relação direta ao uso destes (lazer e esporte) como ferramenta utilitária para mascarar problemas sociais, historicamente ligadas a ideia de superação das mazelas sociais. Flausino e Mascarenhas (2012) apontam estas características de forma que

O discurso oficial do Ministério do Esporte é marcado por um excessivo processo de mistificação dos direitos sociais ao esporte e ao lazer, atribuindo aos mesmos um caráter instrumental-utilitário ao afirmar o poder que tais

direitos possuem para a resolução das mazelas sociais, como a violência, as drogas, o crime, dentre outras. Desconsidera-se dessa forma que esses e outros problemas sociais requerem uma ação conjunta de variadas políticas sociais públicas e não somente a implementação de programas esportivos focalizados em áreas de vulnerabilidade social. (FLAUSINO; MASCARENHAS, 2012, p. 22).

Este discurso limita as possibilidades do lazer, pois o enquadra e mistifica como uma categoria que tem no esporte um conteúdo hegemônico, fechando o leque de possibilidades deste em apenas uma. As ações dos gestores devem ter por base o acesso da população aos mais diversos tipos de conteúdos de lazer, e também de esporte, evitando a homogeneização das políticas públicas em direção a um modelo baseado na transposição do alto rendimento esportivo para o tempo de lazer do cidadão. Desta forma, o espaço público de lazer deve conter também as manifestações esportivas, e ser democrático ao oferecer uma série de possibilidades que atendam aos mais diversos interesses, resultado das diversas relações humanas existentes. (RECHIA, 2009).

A garantia dessa diversidade de manifestações é questionada por Mascarenhas (2003), referindo-se ao processo de apropriação da cultura local pela globalização. Ele utiliza o termo "Pedaço Sitiado", que se refere ao pedaço, local no espaço onde coexistem diversas relações sociais, entre família, vizinhos, conhecidos, extrapola os limites da casa, propriedade privada, ocupando calçadas, espaços comunitários, pátios públicos, mas sem se disseminar por todo o coletivo de um município. Ele se encontra sitiado a partir do momento em que sofre a interferência da indústria cultural<sup>8</sup>, que ganha destaque com o avanço da globalização sobre os espaços do cotidiano. (MASCARENHAS, 2009).

Este fenômeno abrange também o lazer, uma vez que cria relações de tensão existencial entre tradição, regionalismo, folclore, cultura popular, com os produtos culturais vindos dos grandes centros de poder econômico, e a mercadorização das práticas de lazer. Uma relação entre o pedaço e seu estado sitiado está relacionado ao cerco montado pelas mazelas oriundas do crescimento populacional desordenado, em combinação com as políticas públicas ineficientes, o aumento do individualismo da população (que começa a dar mais valor aos bens de consumo do que às relações interpessoais) enfraquecendo o sentido de

---

<sup>8</sup> A indústria cultural apresentada por Mascarenhas (2003) segue as ideias de Adorno e Horkheimer (1947), em que há "a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais" (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p.57). Para os autores a indústria cultural racionaliza e padroniza a cultura, transformando seus elementos em bens de consumo em massa, como o rádio, o cinema e a televisão.

coletividade e identidade dos grupos. Contudo o autor destaca que estes pedaços também são espaços de resistência.

Nesta perspectiva, se é verdade que sob os efeitos do capitalismo mundial o movimento de reprodução e concentração ampliado acelera o processo de pauperização, fabricando miséria, intensificando desigualdades e gerando alienação, é certo dizer também que coexistem as “contra-racionalidades”, quando as populações se apropriam de padrões, valores, signos, tradições, normas, condutas e ideais com os quais nutrem suas formas de resistir, de lutar e de se emancipar. (MASCARENHAS, 2003, p.139 – 140).

O autor demonstra como a disseminação de processos de homogeneização em escala mundial, chamados de globalização, durante o século XX vem descaracterizando diversas relações sociais, dentre elas a relação de coletividade entre os familiares, a vizinhança, que antes se reuniam em diversas manifestações culturais, singulares em cada local, tem sido dissolvidas ou descaracterizadas pelo avanço midiático e a mercadorização das relações sociais.

Enfim, estamos diante de um pedaço sitiado, cuja rede de relações, baseada na vizinhança, na solidariedade e no compadrio, vê-se permanentemente ameaçada pelo acirramento da concorrência, pelo desemprego estrutural, pelo aumento do individualismo, pela competitividade exacerbada, pela ausência de perspectivas, pela escalada das drogas, pela patologia do crime e pela difusão generalizada da chamada cultura da violência. (MASCARENHAS, 2003, p. 137).

Com as contribuições dos conceitos de política apresentados aqui, e suas conexões com os argumentos de Mascarenhas (2003), podemos afirmar que as políticas públicas também estão sitiadas, pois são alvos das constantes investidas sistema econômico, que acaba por deixar de lado as reais necessidades da população, os aspectos da cultura local se tornam alvos do mercado, e tem seu valor representado pelo potencial de consumo que pode ser gerado. É neste cenário que o lazer e o esporte perdem seu significado como direito social e passar a ser vistos como mercadorias a serem consumidas pela população, culminando em um empobrecimento cultural gerado pela padronização das praticas para o mercado<sup>9</sup>.

A construção de grandes centros esportivos ligados aos grandes eventos do esporte mostra essa relação de apropriação do poder público pelas demandas da globalização. São investidos bilhões em estruturas esportivas de alto rendimento, criadas séries de leis que

---

<sup>9</sup> Este processo é característico do "mercolazer" é apresentado por Mascarenhas (2004, p.80) como "forma contemporânea a tendencial de manifestação do lazer como mercadoria", evidenciando a descaracterização do lazer como um direito, que passa a ser um bem de consumo, passando de uma subordinação formal para uma subordinação real ao capital.

afetam o funcionamento e a autonomia da nação em prol da iniciativa privada, com justificativa de trazer desenvolvimento. Concordamos que estes eventos e espaços oferecem possibilidades de lazer e esporte para os cidadãos, e tem uma importância cultural significativa, mas só permite ao cidadão ser um expectador consumidor, não existindo a possibilidade de acesso democrático da população aos bens construídos com o dinheiro público.

Este é o resultado das relações de poder na formulação de políticas públicas, a construção de obras que atendem a um único ou um pequeno grupo de possibilidades do tempo de lazer, em detrimento da estruturação de espaços e equipamentos que contemplem mais do que o esporte, mas toda uma série de elementos, dentre eles as práticas corporais, cujo sentido já apontado, caminha em sentido oposto à padronização das práticas de lazer. O pensamento de Padilha (2010, p.69) aponta nesta direção, pois

É preciso compreender que não existe um lazer igual para todos. A sociedade não é harmônica nem homogênea, e suas diferenças se manifestam também no tempo livre das pessoas. O lazer faz parte de um universo maior que é a cultura, entendida como algo que se sobrepõe ao mero consumo de bens.

Portanto ao abordarmos as políticas públicas para o lazer e esporte, devemos ter em mente este cenário de relações de poder que permeiam as decisões e legislações que sustentam nossa sociedade. No caso de uma sociedade de ordem socioeconômica capitalista, fica claro que tensões entre capital e trabalho são refletidas nas relações entre o lazer e o esporte, bem como o papel que a estes tem sido atribuído, nas palavras de Padilha (2010), um remédio para as mazelas sociais.

Neste sentido, buscando um olhar qualificado para as políticas públicas voltadas para o esporte e o lazer, apresentamos as algumas ideias de Starepravo (2011). A partir da teoria dos campos de Bourdieu, o autor denomina os sub campos Político/Burocrático e Científico/Acadêmico, cuja hipótese é que

o subcampo político/burocrático de esporte e lazer não tem se apropriado da produção do subcampo científico/acadêmico que discute as políticas públicas de esporte e lazer, uma vez que os espaços sociais se apresentam de formas distintas, com particularidades em seu funcionamento e no agir dos agentes que inviabilizam essa relação. (STAREPRAVO, 2011, p.25).

O autor corrobora esta hipótese em suas conclusões, e afirma que há uma falta de amadurecimento do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer,

que ainda está se consolidando, algo iniciado no final da década de 1990, e sendo fortalecido pela criação do Ministério do Esporte e suas diversas ações. Um contraste em relação ao subcampo político/burocrático, que se direciona ao esporte e ao lazer desde a década de 1940, portanto mais consolidado e fortalecido, marcado pelo empirismo de suas ações e o caráter utilitarista do esporte e lazer.

Nesse sentido, nos permitimos aqui perspectivar que uma aproximação estrutural dos subcampos pode fazer com que o subcampo científico/acadêmico amadureça seus procedimentos de pesquisa, consolide definitivamente esse espaço social, e passe a produzir com maior qualidade e compromisso com a realidade social. Já o subcampo político/burocrático poderá, respaldado no conhecimento científico, avançar a promover rupturas no *habitus* estritamente empirista e permeado por práticas não condizentes com o espaço público moderno, prosseguindo inclusive em mudanças como a efetiva participação popular e de grupos organizados. (STAREPRAVO, 2011, p.320)

Outro autor que investiga esta relação entre a gestão e produção acadêmica é Sousa (2014), que em seu problema de pesquisa, afirma que há distanciamento entre os pesquisadores da Universidade e os Gestores.

O problema detectado diz respeito ao distanciamento daqueles responsáveis pelos estudos e pesquisas de políticas de esporte e lazer, dos envolvidos com a elaboração e gestão das referidas políticas, de um lado, e a necessidade da produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico de outro. O referido distanciamento tem sua gênese tanto no *ethos* dos estudos acadêmicos, saturados de um 'academicismo' descomprometido com a realidade da gestão, como também do sentido excessivamente pragmático dos gestores, por vezes arremidos às elaborações teóricas. A partir da problematização apresentada, da consideração de dados preliminares obtidos no desenvolvimento de pesquisas anteriores e na consulta da literatura sobre o tema, a hipótese norteadora do trabalho é que, apesar das dificuldades comuns à relação proposta, não só é possível como necessária a aproximação e estabelecimento do diálogo entre as distintas esferas. Não obstante, julga-se fundamental ressaltar a importância da consideração e o respeito das diferenças próprias aos espaços e agentes sociais [...](SOUSA, 2014, p. 67).

Esse distanciamento pode ser evidenciado na qualificação dos trabalhadores dos órgãos governamentais gestores do esporte e lazer. Em sua pesquisa, ele busca estabelecer um convênio com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do município de Goiânia (SEMEL), através de cursos e seminários. Percebemos que o autor concorda com Starepravo (2011) apontando para um crescimento da produção do conhecimento voltado para as políticas públicas de esporte e lazer, também em razão do surgimento do Ministério do Esporte e ações como a Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e

do Lazer). Porém Sousa (2014) afirma que houve um amadurecimento dos pesquisadores e de suas pesquisas, nos aspectos teóricos metodológicos. Portanto a capacitação/qualificação dos gestores e a formação de parcerias com as universidades é uma via de mão dupla, pois possibilita a apropriação da subjetividade da realidade estudada, bem como a criação de políticas públicas com respaldo teórico epistemológico.

Nessa direção, o fomento à produção e difusão do conhecimento voltado para a gestão de políticas sociais de Esporte e Lazer ganha significado na exata medida em que vislumbra a requalificação e a formação continuada dos gestores e do conjunto de atores envolvidos com o Esporte e o Lazer que, em última instância, são os responsáveis pela chegada à população das ações de Governo, na área, garantindo a democratização e a equidade na sua distribuição, visando ampliar a participação política dos munícipes, promover seu bem-estar, qualificando a cidadania e promovendo a justiça social. (CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÁO JUNIOR, 2008, apud SOUSA, 2014, p.58)

Os diálogos e ideias apresentados fomentam algumas reflexões e indagações acerca da realidade do nosso objeto de estudo, servindo de alicerce para nossa investigação, indicando possibilidades de análise e reflexão dos dados da realidade. Desta maneira, como se configuram as políticas públicas de uma cidade de pequeno porte como Aruanã? Seria o esporte o principal conteúdo do lazer na cidade e foco das políticas públicas? Conforme nos aponta Mascarenhas (2003) Aruanã se trata de um "pedaço" que está sendo sitiado pelos avanços da globalização e da indústria cultural, ou um espaço de resistência recheado de elementos da cultura popular?

## **2 - O CAMPO DA PESQUISA E A PESQUISA DE CAMPO: METODOLOGIA UTILIZADA E REALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E ESPORTE NA CIDADE DE ARUANÃ.**

### **2.1 METODOLOGIA**

A partir dos conceitos expostos, partimos para a apresentação do campo de estudo. Mas antes disso, pensamos que é necessária uma apresentação dos caminhos metodológicos que possibilitaram a realização desta pesquisa, que se enquadra como social qualitativa. A pesquisa social é apontada por Gil (2008) como aquela em que, aplicados procedimentos científicos, descobre respostas e permite a obtenção de novos conhecimentos da realidade social, que envolve o homem em suas mais diversas relações, sejam estas com outros homens, ou com a sociedade.

Buscamos compreender a cidade de Aruanã no que diz respeito à um recorte de sua realidade: as políticas públicas de lazer e esporte. Para isso, nos aproximamos de uma abordagem qualitativa, a qual, segundo as ideias de Chizotti (1998, p.79)

[...] parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Como ferramentas de coleta de dados, foram utilizadas: - a entrevista semiestruturada com representantes da Gestão Municipal de Aruanã, que foi gravada para posterior análise e transcrição; - a observação sistematizada dos espaços e equipamentos da cidade, registrados em forma de imagens. Estes dados foram coletados nos dias 09, 10 e 11 de julho de 2014. O roteiro da entrevista foi adaptado de Inácio (2007) em sua tese de doutorado, e continha tópicos que relativos a outras pesquisas do GEPELC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Esporte, Lazer e Comunicação). Negrine (1999, p. 74) afirma que a entrevista é semiestruturada

quando o instrumento de coleta está pensado para obter informações de questões concretas, previamente definidas pelo pesquisador, e, ao mesmo tempo, permite que se realize explorações não previstas, oferecendo liberdade ao entrevistado para dissertar sobre o tema ou abordar aspectos que sejam relevantes sobre o que se pensa.

Esta técnica nos permitiu um contato com a Gestão Municipal e seus principais componentes, possibilitando uma investigação da posição destes em relação ao lazer, o esporte, e as políticas públicas que tratam deste tema, bem como a presença destas na vida do cidadão aruanense. É importante destacar que em nossa investigação não tivemos contato com documentos referentes à legislação da cidade.

Por sua vez, sobre a observação sistemática dos espaços e equipamentos de lazer da população de Aruanã, Lakatos e Marconi (1991, p.193) afirmam que

realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. Todavia, as normas não devem ser padronizadas nem rígidas demais, pois tanto as situações quanto os objetos e objetivos da investigação podem ser muito diferentes. [...] Na observação sistemática, o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe.

Esta observação partiu de um levantamento dos espaços e equipamentos de lazer da cidade, feito através do *site* da prefeitura de Aruanã, em conjunto com dados obtidos nas entrevistas com os representantes da Gestão Municipal. Junto com a observação, também houve o registro de imagens dos locais, folders, panfletos e cartazes sobre os eventos da cidade, que enriqueceram a quantidade de informações obtidas.

Os dados coletados nas entrevistas foram transcritos no GEPELC, nas dependências da Faculdade de Educação Física e Dança da UFG. Para maior fidelidade e agilidade no processo de transcrição, contamos com o *software* Olympus DSS *Player Standard Transcription Module*®, bem como com o equipamento Olympus *Foot Switch RS 28 for PC*.<sup>10</sup>

A análise do conjunto de dados obtidos com as entrevistas, observações e imagens, além de uma obra do acervo da biblioteca municipal de Aruanã, foi feita a partir da triangulação de dados. Minayo (2005, p.29) aponta a triangulação como "a combinação e o cruzamento de múltiplos pontos de vista; a tarefa conjunta de pesquisadores com formação diferenciada; a visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação". Azevedo et al (2013) afirmam que a triangulação pode combinar diversos métodos e fontes de coleta e análise de dados

---

<sup>10</sup> Equipamento (pedaleira) que usa os pés para comandar ações do programa de transcrição, mantendo as mãos livres para a digitação.

contribuindo para que o olhar sobre o objeto estudado aconteça através de diversas perspectivas, enriquecendo sua compreensão.

A escolha da triangulação como instrumento de análise dos dados se deu devido as diferentes formas de coleta usadas nesta pesquisa. Ela possibilitou um olhar para a realidade que englobou a fala dos representantes da gestão municipal, as informações obtidas durante as observações dos espaços e equipamentos públicos de lazer da cidade, em conjunto com as imagens destes locais e de livros, panfletos e cartazes da cidade.

A organização dos dados seguiu a orientação de Gomes et al (2005), havendo em um primeiro momento e a avaliação do material disponível, que buscou identificar as características e qualidades dos mesmos, em seguida a elaboração de estruturas de análises, que é a classificação dos dados em categorias que facilitem sua compreensão.

Feita a apresentação dos caminhos metodológicos, partimos agora para a apresentação da cidade de Aruanã, alguns aspectos históricos e técnicos, que auxiliarão na compreensão dos resultados da pesquisa.

## 2.2 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

Esta parte do texto tem como objetivo expor uma ‘determinada’ realidade da cidade de Aruanã, e é parte importante dos resultados da pesquisa. Optamos ser necessário recapitular e expandir a descrição da cidade, brevemente tratada na introdução, já incluindo partes específicas dos resultados da pesquisa, principalmente no que diz respeito à caracterização da cidade.

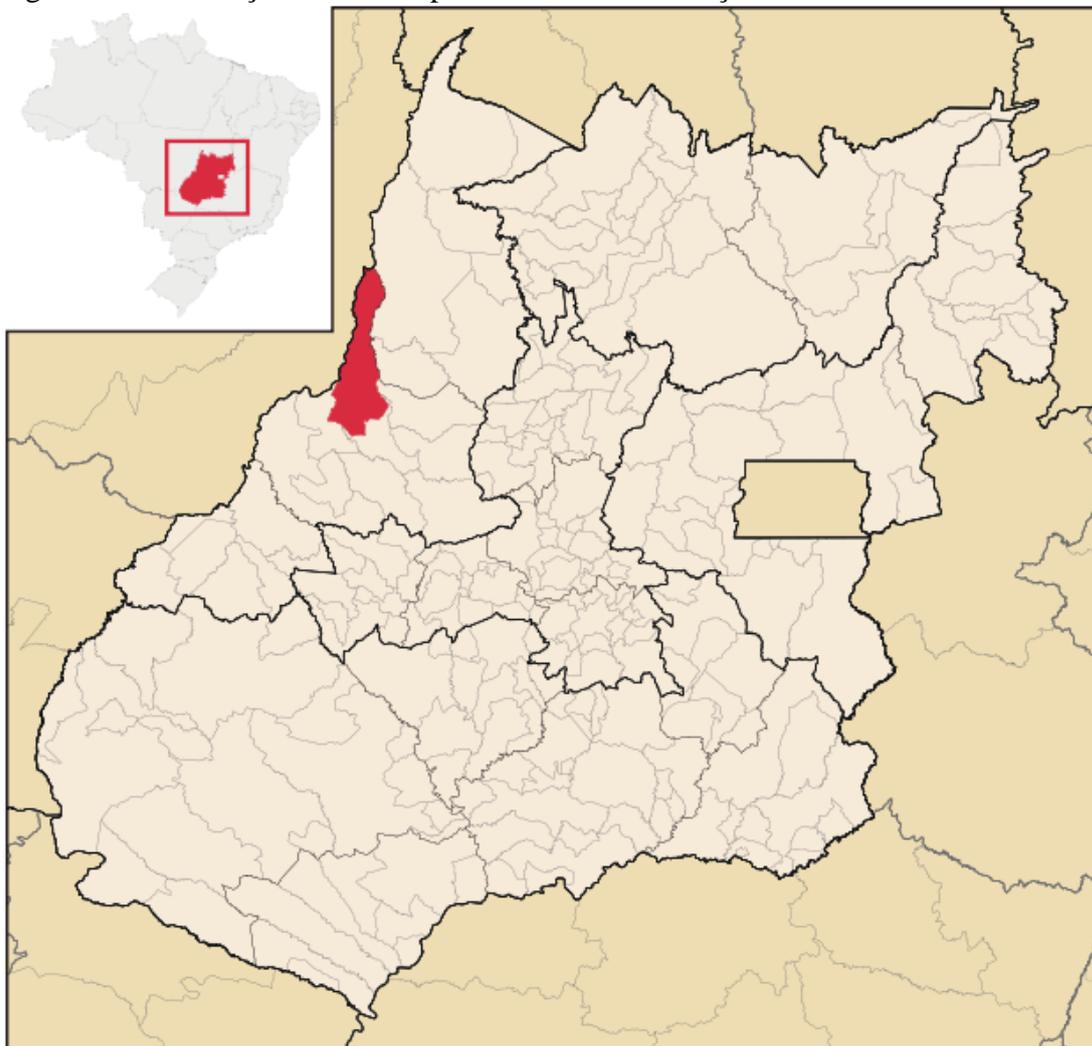
Aruanã é uma cidade que pertence ao Estado de Goiás (Figura 1), na Mesorregião do Noroeste goiano, Microrregião do rio Vermelho, fronteira com o Estado do Mato Grosso (Conforme exposto nas Figuras 1 e 2). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui uma área de 3.050.306 Km<sup>2</sup>, uma população estimada em 2014 de 8.542 habitantes. Está localizada a 315 Km de Goiânia (Via GO-070 e GO-164)<sup>11</sup>, a capital do Estado de Goiás. Partindo de Goiânia, o acesso à cidade se dá por vias asfaltadas

---

<sup>11</sup> Estas informações foram por nós mensuradas a partir dos dados do Google Maps®. Link para acesso: <https://www.google.com.br/maps/dir/Goi%C3%A2nia,+GO/Aruan%C3%A3,+GO/@-15.781682,-50.163574,8z/data=!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x935ef0ede1248cf7:0xbaedffbfd0c11fd1!2m2!1d-49.2647885!2d-16.6868824!1m5!1m1!1s0x9368dc18fafcf5c5:0xedf4aef8e43933e7!2m2!1d-51.0753555!2d-14.9169655?hl=pt-BR>.

em todo o caminho, sendo que nas datas das viagens, estas se encontravam bem sinalizadas, e passavam por pequenas obras de manutenção. A rodovia passa pelos contornos da cidade histórica de Goiás, antiga capital do Estado.

Figura 1 - Localização do Município de Aruanã em relação ao Estado de Goiás e ao Brasil



Fonte: Blog Municípios Goianos, (2014)

Figura 2 - Fotografia de satélite de Aruanã.



Fonte: Imagens © DigitalGlobe, CNES/Astrium, Dados do mapa © 2014 Google

Ao adentrarmos na cidade, percebemos que seu ritmo ainda é característico de cidades interioranas, em que há pequeno fluxo de automóveis nas ruas, onde a bicicleta é um meio de transporte muito comum, favorecida pela formação plana do relevo da cidade. Seu comércio é composto por pequenos estabelecimentos, como mercados, farmácias, bares e restaurantes, com maior aglomeração nas proximidades da praça Couto Magalhães (Figura 3), onde estão localizadas a Prefeitura e o Centro de Atendimento ao Turista (CAT), bem como o cais que dá o principal acesso ao rio Araguaia. É nesta praça que são montadas diversas estruturas para shows e eventos.

Figura 3 - Fotografia aérea da praça Couto Magalhães



Fonte: Aruanã (2014a).

Segundo dados do IBGE e de Ribeiro (2010), a origem da cidade está ligada à construção de um presídio na região, por ordem Imperial, no ano de 1850. O local recebeu o nome de Leopoldina, em homenagem à esposa do Imperador. O local já era habitado por tribos indígenas, dentre elas os Carajás (que ainda remanescem em uma tribo no centro da cidade). "Em 1868, inaugurava-se a navegação a vapor no rio Araguaia, com a presença de José Vieira do Couto Magalhães, pioneiro da navegação fluvial no Brasil Central, dando grande impulso à povoação do presídio, alcançando a categoria de Vila." (RIBEIRO, 2010,

p.14). No ano de 1939 recebeu o nome de Vila de Aruanã, o nome de um peixe muito comum na região, que também é o nome de uma ‘dança’ dos índios Carajás. Em 1959, por meio da Lei Estadual nº 2427, de 18 de dezembro de 1958, tornou-se um município autônomo.

O diferencial desta cidade sem dúvida se dá em sua localização em relação a dois grandes rios, o Araguaia e o rio Vermelho (Figura 4), gerando enorme potencial turístico baseado nas belezas naturais da região.

O turismo é a principal fonte de renda, que gera a economia dentro da cidade *né*, que circula a economia, porque quando a gente faz, provoca *né*, o aumento do fluxo de turista dentro da cidade, ele acaba consumindo no comércio local, ele hospeda, ele tem que alimentar, ele quer fazer um passeio, ele faz compra de produtos pessoais aqui dentro. É... tem muitas pessoas que acabam vindo, se encantando com a cidade que moram na capital em Goiânia, ou então em outro local e encanta com a cidade e acaba comprando lote e construindo aqui. Então é aquelas famosas casas de veraneio *né*. Então tudo isso movimentava a economia local *né*. Então todo mundo que vive na cidade de Aruanã, direta ou indiretamente ele tem um benefício e é gerado renda para as pessoas através desse ciclo que acontece. (SECRETARIA DE TURISMO, 2004)

Figura 4 - Os rios Araguaia e Vermelho.



Fonte: Acervo pessoal.

Esta demanda se torna maior na época do ano em que há a estiagem no bioma cerrado, de maio/junho até outubro/novembro (ÂNGELO; CARVALHO, 2005) que de modo que a diminuição das chuvas faz com que o nível dos rios abaixe, surgindo as praias de areia branca, tão requisitadas por turistas. Neste sentido, o fluxo turístico se concentra no mês de julho, pois neste há o período de férias, mobilizando diversas famílias, sindicatos, organizações, todas buscando o rio Araguaia como uma opção de lazer em seu tempo livre.

Este "turismo sazonal" (ÂNGELO; CARVALHO, 2005, p.01) tem sido alvo de políticas públicas que buscam atrair o turista em outras partes do ano, criando a chamada temporada de praia, e outras festividades e eventos que buscam atrair os turistas para a cidade.

[...] falava-se temporada de julho, e nós acabamos com isso e transformamos em temporada de praia. Por que temporada de praia? Porque quando falava-se temporada de julho, ficava parecendo que tinha um imã puxando as pessoas apenas para o mês de julho. Quando nós mudamos [P1: tinha data de início e de fim] exatamente, quando nós mudamos o nome para temporada de praia, pera aí, temporada de praia, então a praia é de quando a quando? Final de abril, outras vezes em maio começa as praias, e se estende até outubro. Então nós temos hoje um grande período de praia, que é o maior atrativo nosso, o rio. Só que a prefeitura começou a inserir, e criar datas e eventos em outros períodos fora de julho, [...] pra tentarmos conseguir uma movimentação maior de um público maior. Esse ano, por exemplo, após o réveillon, o carnaval nosso já virou uma tradição, temos um público. Após o carnaval nós criamos o Aruanã EmCanto<sup>12</sup>, que foi um compromisso de governo do passado, que veio se realizar agora, com uma grande parceria com o Goiás Turismo, onde nós ousamos fazer 4 noites de shows, 12 shows, aproveitamos o feriado do dia do trabalhador [...] (PREFEITURA DE ARUANÃ, 2014).

Além de aumentar o fluxo turístico da cidade, a criação de um calendário de atrações que se distribua ao longo do ano diminui a dependência do surgimento de praias no rio Araguaia, o que acontece entre os meses de Maio e Outubro aproximadamente, pois diversas dessas atrações ao longo do ano não estão relacionadas com o tradicional turismo de praia e sol. Neste sentido estas propostas se encaminham em direção ao exposto por Camargo (1986) anunciar o turismo como um interesse cultural do lazer, em que a centralidade está na mudança de ambiente, buscando conhecer novas paisagens, e ritmos mais flexíveis, opostos a rigidez do cotidiano. "De todas as atividades de lazer, o turismo é certamente a que mais provoca ansiedade nos indivíduos. Conhecer novos lugares, novas formas de vida e, além de tudo, poder num curto período alterar a rotina cotidiana, utilizando o tempo nobre de férias e fins de semana [...]" (CAMARGO, 1986, p.27). Neste sentido, o calendário de atrações da cidade (Figura 5) contempla várias possibilidades de entretenimento para o turista e também para o cidadão, bem como novas fontes de emprego e renda.

---

<sup>12</sup> O festival Aruanã EmCanto será discutido no próximo sub item, pois acreditamos que este também é um evento que se insere nas políticas públicas de lazer para a população de Aruanã.

Figura 5 - Calendário e mapa das atrações de Aruanã 2014



Fonte: Aruanã (2014b).

Do calendário de atrações da cidade, consideramos relevante destacar a Caminhada Ecológica, pois este é um evento que acontece no mês de julho, sendo quem em 2014 chegou a sua 23ª edição, 22 delas com participação de um atleta de Aruanã. Segundo o *site* do evento, os principais objetivos do evento são: "Incentivar ações de preservação da natureza e mudança de hábitos; Despertar a consciência ecológica nas comunidades envolvidas; Estimular a prática de esportes saudáveis" (XXI CAMINHADA ECOLÓGICA, 2014a). Este é um evento que conta com o apoio da iniciativa privada e do Governo do Estado de Goiás, onde os andarilhos (atletas que passaram na seleção), devem cumprir a pé o percurso de 310 Km que inicia na cidade goiana de Trindade e é finalizado com um banho nas águas do rio Araguaia em Aruanã.

Os participantes contam com uma grande estrutura para a realização da caminhada, que vai desde a escolta durante o percurso, dormitórios, o acompanhamento nutricional e das condições de saúde, dentre outros. A chegada da Caminhada Ecológica em Aruanã é marcada por grande cobertura dos meios de comunicação, conta com a presença de representantes da gestão de vários municípios e do Estado de Goiás, além de grande apreciação por parte da população e dos turistas que acompanham o trajeto dos atletas já na entrada de Aruanã até as águas do rio Araguaia.

Percebemos que o evento gera uma mobilização no Estado de Goiás, e circula dentro da lógica do esporte no que diz respeito à organização das seletivas, classificação final dos candidatos e todo o aparato técnico montado para dar suporte ao evento. A caminhada em si não é uma competição, não são definidas posições e classificações para os participantes quando chegam ao destino final.

Art. 11 - Para a definição dos atletas/andarilhos inscritos na seleção para participar da XXIII Caminhada Ecológica serão observados os seguintes critérios: 1º.) Completar o percurso no tempo determinado a cada período; 2º.) O tempo gasto em cada período; 3º.) Avaliação técnica; 4º.) Avaliação médica. 5º.) Avaliação psicológica (XXI CAMINHADA ECOLÓGICA, 2014b, p.3).

Esta miscelânea de características vai de encontro a três dos cinco elementos caracterizadores do esporte indicados por Bracht (2005), sendo eles: - o rendimento físico-técnico, presente em maior parte na seletiva dos participantes, que buscam caminhar as maiores distâncias em menores períodos de tempo; - a racionalização, no uso de uma técnica de caminhada voltada à performance na seletiva e no evento; - a cientifização do treinamento diz respeito a busca pelo condicionamento físico e psicológico através de métodos de treinamento rigorosos, com embasamento científico. Estes elementos estão presentes na

seletiva e/ou na Caminhada Ecológica propriamente, e marcam seu processo de transformação com o passar das edições, em que ganhou cada vez mais aspectos do esporte em nível de rendimento.

O evento carrega o adjetivo de "Ecológico" já em seu nome, culminando numa valorização embutida às características específicas do termo. Neste sentido, buscamos em Inácio (1997b) algumas ideias sobre Esportes Ecológicos.

O autor compreende a ecologia como um universo único de relações interdependentes, que são necessárias para a sobrevivência. Neste sentido a natureza e a raça humana não estão separadas nem devem ser mediadas por um processo de dominação de uma perante a outra, mas de equilíbrio e respeito. "[...] Entendemos que a Ecologia propõe um reordenamento geral das relações sociais, apontando valores como solidariedade e cooperação na base desta nova ordem" (INÁCIO, 1997b, p. 133).

Portanto o próprio processo de esportivização que a Caminhada Ecológica sofreu é um fator que impede a potencialização de relações ecológicas, pois "A maior parte destes esportes (esportes ecológicos) - só por serem esportes - já surgiram seguindo a lógica de produção e consumo de mercadorias do sistema capitalista, ou passaram a fazê-lo pouco tempo depois de seu surgimento" (INÁCIO, 1997b, p. 134). Relações de equilíbrio e respeito com a natureza não são possíveis em um contexto de dominação, tal qual é o sistema capitalista de produção, em que a natureza e seus recursos são explorados na busca pelo lucro, em grande parte sem o devido cuidado com a manutenção do equilíbrio ecológico.

Desta maneira, compreendemos a Caminhada Ecológica como um evento que estampa discursos ecológicos e a importância do cuidado com o meio ambiente, chamando a atenção da sociedade de forma pontual, anualmente como uma tradição da temporada no rio Araguaia, mas que foge ao real sentido da ecologia. A inserção de seletivas para a participação, com tempos e distâncias pré-determinadas e exigência de um nível de aptidão física determinado pela lógica de funcionamento do evento, deixa de ter como objetivo o cuidado com a natureza e volta suas atenções para o evento e seus realizadores. Inácio (1997b) aponta a facilidade de acesso da maioria da população e a não existência de competição como alguns dos aspectos necessários a uma prática corporal ecológica. A existência de uma seletiva já nos mostra esta contradição, pois uma atividade competitiva restringe a participação aos mais aptos.

Concordamos que se deve exigir por parte da organização, uma garantia do bom estado de saúde dos participantes para que estes não se lesionem ou mesmo venham a ter problemas durante a prova. Porém o que determina a duração da caminhada não são os participantes, mas a comissão organizadora, que estipula em um calendário o dia da saída e o

da chegada, inclusive os horários de parada e descanso. Neste sentido, consideramos que a contemplação das diversas paisagens, a reflexão sobre o papel do homem nos ambientes não é possibilitada em sua totalidade durante o evento.

Para além da Caminhada Ecológica, percebemos que grande parte do calendário da cidade volta suas atenções aos eventos que envolvem o turismo, que, por ser a principal fonte de renda e emprego da cidade, a continuidade de seu fluxo durante o ano aumenta a oferta de praticas de lazer. Mas nesta pesquisa, buscamos estudar as políticas públicas de lazer e esporte para a população aruanense. Não podemos nos afastar da demanda turística, pois, conforme exposto, ela move a economia da cidade, e é fundamental para a manutenção da cidade. Portanto, nos resultados que apresentaremos adiante buscaremos explicitar também a relação entre a demanda turística e as ações voltadas para o lazer e esporte em Aruanã.

### 2.3 - LAZER E ESPORTE PARA A POPULAÇÃO DE ARUANÃ.

Dando continuidade nas reflexões iniciadas anteriormente, caminhamos para os resultados da pesquisa em que apresentamos e discutimos as políticas públicas de lazer e esporte para a população aruanense. A partir dos dados encontrados no *site* da prefeitura, que lista toda a infraestrutura da cidade, construímos Quadro 01 que contém os espaços e equipamentos de lazer e esporte da cidade, e por nós classificados.

Quadro 1 - Espaços e equipamentos de lazer da cidade de Aruanã informados pelo site da prefeitura.

<b>Espaços e equipamentos de lazer</b>	
<b>Voltados para o esporte</b>	<b>Outros</b>
02 campos de futebol	Rádio
02 quadras de vôlei/futebol de areia	Centro de convivência do idoso
Pista de Motocross	Biblioteca comunitária do SESI
Arena para realização de rodeios SESI	Biblioteca comunitária municipal
	Monumentos Históricos
	Museu indígena
	Aldeia Indígena
	Praça com monumentos históricos

---

Patrimônio Histórico e Artístico Estadual - Capela  
Nossa Senhora do Rosário

66 Km (aproximadamente) de extensão de praias  
durante a temporada de maio a setembro (mais de 50  
acampamentos)

Fonte: Aruanã (2014c), adaptado pelo autor.

A partir deste quadro, fizemos uma observação *in loco* que nos mostrou outras possibilidades de espaços e equipamentos de lazer não listados, especialmente em algumas praças da cidade. A Praça Couto Magalhães (Figura 6), referida na tabela acima como "praça com monumentos históricos", possui uma vista para o rio Araguaia que é seu atrativo, principalmente nos momentos de sol poente. Estão localizados nesta praça o CAT e a Prefeitura, bem como bares e restaurantes ao seu redor. Esta se configura como um equipamento polivalente de lazer, pois recebe programações diversificadas, e também como um equipamento de turismo, (STUCCHI, 1997) devido à proximidade com o rio.

Figura 6 - Praça Couto Magalhães



Fonte: Acervo pessoal.

A praça José Pedro dos Santos (Figura 7) contém brinquedos para as crianças, pequena estação de ginástica, pista demarcada para caminhadas e passeio de bicicleta (apesar de ser uma praça de pequenas dimensões), uma área coberta por árvores e locais com grama. Estes ambientes oferecem ao cidadão a possibilidade de um lazer em contato com a vizinhança, conversas sobre o cotidiano e brincadeiras ao ar livre. No local havia uma construção predial que lembra um coreto, com uma possibilidade de comércio em sua dependência, mas que na data das imagens não estava funcionando. Esta também se caracteriza como um equipamento polivalente de lazer.

Figura 7 - Praça José Pedro dos Santos



Fonte: Acervo pessoal.

As próximas duas praças se assemelham por possuir em suas dependências campos de futebol e quadras de voleibol/futebol de areia, caracterizados como equipamentos específicos de lazer, (STUCCHI, 1997) pois atendem a uma demanda específica. Na praça de esporte Luís Costa Camargo (Figura 8), está localizado o campo de futebol da cidade com medidas oficiais, que conta também com arquibancada. Além desta estrutura, o local conta com uma

quadra de voleibol/futebol de areia, e um ginásio poliesportivo, que nas datas das visitas estava fechado, pista de caminhada, espaços gramados, e parques infantis.

Figura 8 - Praça de Esportes Luís Costa Camargo



Fonte: Aruanã (2014d).



Fonte: Acervo pessoal.

A praça do bairro Nova Aruanã (Figura 9) conta com um campo de futebol, campo de areia para vôlei/futebol, parque infantil, amplo espaço gramado, pista de caminhada. Uma curiosidade acerca deste parque, é que em uma das ruas que o cercam, há marcação semelhante às de uma pista de atletismo, com divisão de raias e indicações de distância em metros, pintadas no asfalto.

Figura 9 - Praça Nova Aruanã



Fonte: Acervo pessoal

Em relação às praças, ressaltamos a presença de equipamentos específicos de lazer voltados para o esporte, com maior presença do futebol e voleibol. Este destaque é garantido também na fala da Diretoria de Esportes, que por várias vezes se remete á estas duas modalidades ao falar sobre o esporte em Aruanã.

[...] Tem o futsal, o futsal né, masculino e feminino, nós temos um time de futsal feminino também, que representa/recentemente nós estávamos nos jogos abertos na cidade de São Miguel do Araguaia, categoria futsal masculino e feminino, e, o *society* masculino. [...] (DIRETORIA DE ESPORTES, 2014).

Nós temos aqui, durante o ano nós temos campeonato de futsal feminino, a gente preza muito deixar por exemplo inscrever jogadores de outro município, libera pra dois jogadores de outro município participar do campeonato nosso aqui. Temos também o campeonato municipal de futebol de campo. Em torno de 12 equipes só do município mesmo. Porque na realidade nós temos em torno de /nós temos 11 mil habitantes na cidade de Aruanã, espero que seja isso. Nós temos 10 times no campeonato municipal de futebol de campo, só com jogadores do município. É, a gente fez o campeonato municipal/faz o campeonato municipal de futsal masculino também, a gente faz um campeonato de *society* durante o ano, masculino também, muitas vezes se der o masculino a gente faz também. [...] (DIRETORIA DE ESPORTES, 2014).

[...] A gente faz os campeonatos na categoria de base, dentro da idades, divide a própria escolinha e libera pra alguns que não participa da escolinha, é:: participar também. Durante o ano também, alguns amistosos entre as escolinhas por exemplo no sábado agora tem o sub 11 e o sub 13 vai estar indo para a cidade de Matrinchã fazer um amistoso. [...] (DIRETORIA DE ESPORTES, 2014).

Tem um jogo de tradição aqui em Aruanã que é o DEMA (Delegacia Estadual do Meio Ambiente) que é os delegados da polícia civil, contra o time dos Índios, que aconteceu no sábado passado agora, é o 16° Jogo da DEMA x Índios, [...] vários jogadores/ex-jogadores profissionais sempre vem nesses jogos aí também [...] (DIRETORIA DE ESPORTES, 2014).

A presença do futebol e futsal nestas iniciativas domina grande parte do discurso da Direção de Esportes, seja na oferta destas práticas para a população, como na organização de torneios e campeonatos municipais e regionais, envolvendo a população em diferentes faixas etárias. Tal característica também foi percebida por Carneiro; Moraes e Soares (2014), que investigaram os espaços e equipamentos de esporte e lazer em Uruaçu - GO. Para os autores,

há um limite em relação ao conteúdo das praticas esportivas, pois é apresentada a priorização pelo futebol. Havendo assim, a falta de oferta de outros esportes para além do futebol, limitando a escolha, acesso e a participação da população em uma diversificação de práticas esportivas [...] Isso se coloca como um limite ao acesso da população ao esporte de lazer, pois são eventos passageiros e somente um pequeno número de

pessoas tem acesso à prática esportiva (CARNEIRO; MORAES; SOARES, 2014, p. 08)

Esta característica apontada pelos autores entra em concordância com o discurso da Diretoria de Esportes de Aruanã, porém encontramos uma significativa diferença ao compararmos com o observado em Uruaçu. Não percebemos no discurso da Gestão Municipal de Aruanã o uso do lazer e do esporte como ferramentas para superação das mazelas sociais, conforme apontam Flausino; Mascarenhas (2012). Sobre a oferta e prática de determinado esporte pela população, Martins (2011, p.138) afirma que

[...] se por parte dos cidadãos, as escolhas sobre a prática de determinado esporte se dão pelo ajustamento entre o que tem sido oferecido e o que tem sido demandado e se apoiam na estruturação do consumo na sociedade, por parte dos governos, as escolhas públicas se dão como resultante da sobreposição e entrecruzamento de campos distintos, funcionando a partir de lógica e mecanismos próprios (o campo do esporte, o campo político e o campo da administração pública) e da relação destes com os demais campos sociais.

Portanto as práticas oferecidas pela Gestão influenciam diretamente as escolhas da população, pois são nas ações governamentais que grande parte dos cidadãos vislumbram o acesso aos seus direitos. Por sua vez, ao eleger quase que exclusivamente uma prática corporal esportiva como o futebol, a Gestão Municipal se limita a práticas tradicionais na cultura brasileira, amplamente difundidas e vivenciadas, o que por muitas vezes acaba sendo um dos fatores limitantes de possibilidades de novas experiências para as pessoas que ali vivem, as quais poderiam se interessar por outras práticas corporais, esportivas ou não.

A Diretoria de Esportes afirmou que existem iniciativas para promoção de outras modalidades, como o handebol e o basquetebol, mas que nas datas das visitas até a cidade ainda não tinham se iniciado.

Vamos iniciar agora no mês de agosto o handebol, o basquetebol e o voleibol, pra estar iniciando a iniciativa esportiva também nas escolinhas nessas áreas. [...] Então em todas as áreas no geral, nós vamos tentar recuperar o basquete, que teve um basquete muito bom em Aruanã, e o voleibol e o handebol, que muitas vezes é, tem muitas cidades que olha só pro lado do futebol, e esquece as outras categorias. Nós estamos tentando resgatar essas outras modalidades a partir do mês de agosto. (DIRETORIA DE ESPORTES, 2014).

Estas iniciativas por parte da Prefeitura buscando aumentar a oferta das práticas esportivas mostram uma tentativa da abertura de novas possibilidades para o esporte na

cidade, ainda que restrito as modalidades “tradicionais”, são positivas em nossa avaliação, pois resgatam conteúdos que tem sua importância no cenário das práticas corporais.

Em relação a outras práticas não esportivas, a Direção de Esportes (2014) nos informou que há no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) “[...] durante o ano, o pessoal da terceira idade trabalha através do CRAS, na piscina, tem um professor de Educação Física que coordena lá [...]. Tem o trabalho da Capoeira e do Judô também. [...] aula de ginástica e *jump*. E no mês de julho o *jump* vem aqui pra praça.”

Destas práticas, pudemos observar apenas a ginástica e o *jump*, pois durante o mês de julho estas acontecem na praça Couto Magalhães, às 18:30h. Portanto, embasados apenas nas observações durante a temporada de praia, percebemos que esta é uma prática organizada, em que um Professor de Educação Física dá aula, e um grande número de praticantes (na maioria do sexo feminino) acompanha a aula, que é gratuita e aberta para turistas e cidadãos de Aruanã.

Outro ponto cujo destaque é válido, se refere a promoção de campeonatos esportivos. Neles há a possibilidade do lazer como espectador, ou seja, aqueles que não estão jogando podem ocupar seu tempo assistindo aos jogos. Para aqueles que estão jogando, o lazer pode ou não aparecer, já que muitos dos competidores usam estes campeonatos como preparação, como é o caso de muitos competidores, que almejam a vida de atleta no futuro, ou que já são atletas e fazem parte da equipe como um modo de preparação para outras competições. É importante realizar esta reflexão, pois as políticas que incentivam estas iniciativas são voltadas para o esporte e lazer na grande parte dos discursos, o que não quer dizer que o lazer esteja presente em todos os casos, pois segundo o exposto por Inácio (1997a), o lazer é um tempo que deve potencializar o surgimento (ou até mesmo esclarecimento) de novos valores, em direção ao convívio harmonioso. Ou ainda nas concepções de Mascarenhas (2004), um tempo e espaço de cidadania.

A discussão sobre o lazer na cidade não pode desconsiderar os eventos realizados que envolvem a demanda turística. Retomando o exposto no subitem 3.2, estes eventos aumentam a visibilidade da cidade, gerando mais emprego e renda, mas se tratam também do aumento das práticas de lazer para o cidadão, já que parte destes assistem aos shows e apresentações culturais promovidos pela Prefeitura. O Festival Aruanã EmCanto é um exemplo, pois este

[...] é um festival destinado à promoção do turismo no Vale do Araguaia, incentivando o fluxo de visitantes e turistas. Tem como plano de fundo abrir importante espaço aos compositores e intérpretes goianos, voltados para os gêneros: sertanejo, MPB e pop/rock. Busca ainda incentivar o interesse da população pela música como fonte de cultura e lazer, fomentando, claro, o turismo. Ou seja, o festival agrega uma série de resultados: revela talentos

musicais; impulsiona o turismo da região e, ao mesmo tempo, divulga o rico universo ecológico de nosso Estado, valorizando e conscientizando a sustentabilidade da região do Araguaia que hoje é um dos principais destinos da pesca esportiva e esportes náuticos. (ARUANÃ EMCANTO).

Estes eventos fazem parte de uma programação cultural que é gratuita, nem os cidadãos nem os turistas pagam para apreciar os shows. Este ponto é importante de ressaltar e esclarecer, já que em um evento deste com atrações musicais regionais e nacionais, a visibilidade da cidade de Aruanã aumenta: até mesmo em Goiânia havia *outdoors* apresentando o evento. Este fato nos possibilita uma nova análise, a qual envolve a questão da demanda turística, mas se amplia para o lazer da população, é um avanço ao se pensar em uma programação eclética, que busca satisfazer diversos públicos, abrindo espaço para novos artistas e quebrando o paradigma do sertanejo como predominância nas ofertas musicais no Estado de Goiás.

Após o carnaval nós criamos o Aruanã EmCanto, que foi um compromisso de governo do passado, que veio se realizar agora, com uma grande parceria com o Goiás Turismo, onde nós ousamos fazer 4 noites de shows, 12 shows, aproveitamos o feriado do dia do trabalhador *né*, e trouxemos para Aruanã rock, trouxemos para Aruanã sertanejo, trouxemos para Aruanã MPB [...] (PREFEITURA DE ARUANÃ, 2014)

Neste sentido, destaca-se que o evento só foi possível graças a articulação da Gestão Municipal de Aruanã com o Governo do Estado de Goiás, pois em termos financeiros, Aruanã não conta com capital para tamanho investimento. Inclusive para novas instalações que possam levar outros eventos para a cidade, como o caso de um centro de convenções, que atenderia diversos públicos em feiras, congressos, seminários, shows, peças teatrais, dentre outras possibilidades. Quando questionados sobre as dificuldades da gestão, a Prefeitura (2014) foi categórica sobre os recursos financeiros para realização dos projetos.

A primeira grande dificuldade e talvez A Dificuldade: recursos financeiros, [...] não há dinheiro que de conta de tudo, até porque a cada momento que uma cidade cresce e que se transforma, vem mais gente, e conseqüentemente, surgem novos problemas.[...] hoje por exemplo nós estamos pleiteando junto a Secretaria de Turismo em parceria com a Cultura, a construção do Centro de Convenções. Nós já temos a área, já fizemos a planta. Vai custar R\$ 2.800.000,00 e nós já temos R\$ 2.000.000,00 em fase de tramitação. E nós acreditamos que nos próximos 2 anos nós vamos estar colocando um Centro de Convenções em Aruanã, que hoje, dentro do que a cidade tem, talvez seja uma das grandes necessidades nossa, até pra contemplar tudo que já foi feito. Hoje nós estamos carente de um centro de convenções, e que nós temos certeza que vai valorizar não só Aruanã, mas o Vale do Araguaia em si. [...] o recurso que o município de Aruanã recebe hoje, em torno de R\$ 1.300.000,00 por mês, pra uma folha de pagamento de R\$ 850.000,00, sobra muito pouco pra você tocar uma cidade dessa, pra você manter ela organizada. (PREFEITURA DE ARUANÃ, 2014).

A viabilidade financeira de uma cidade é um dos fatores que mais influenciam na realização de obras, construções e iniciativas. Neste aspecto a Prefeitura afirma fazer parcerias com a iniciativa privada e conta com o apoio do Governo do Estado de Goiás, mas tem tido dificuldades de angariar fundos do Governo Federal, por questões burocráticas. Na fala da Prefeitura (2014):

Enfim, agora nós buscamos parcerias com rede privada, nós buscamos parcerias com o Governo do Estado e com o Governo Federal. Já realizamos no passado grandes eventos, shows com recurso do Governo Federal via Ministério do Turismo, e muitas ações com apoio do Governo do Estado de Goiás. Hoje eu falo que pra esses grandes eventos eu tenho tido 90% do apoio do Governo do Estado, e pouquíssimas ações do Governo Federal e eu explico o porquê. A questão documental, a movimentação documental dentro do Ministério do Turismo em nível federal, ela dificulta muito, dificulta muito, é a questão dos documentos, a questão da prestação de contas, [...] como que você contrata um show sem você ter o dinheiro na mão? Como que você faz um evento sem ter o recurso disponibilizado para pagar? Então a gente tem muito medo de fazer um compromisso. Aruanã mesmo passou por um problema sério, nós empenhamos um recurso, fizemos uma temporada, e o recurso não chegou. E aí, ficamos com a pressão das empresas, dos artistas, e um ano depois esse recurso foi sair *né*. E após isso, Aruanã, pelo menos Aruanã não tem mais buscado parceria com o turismo federal neste aspecto de eventos. Não, a gente tem tido muito medo, nós temos um nome a zelar, e por este motivo a gente tem tido um cuidado maior, e a gente tem feito parceria com o governo do Estado dentro da realidade.

Esta dificuldade na captação de recursos federais também evidencia a necessidade de uma equipe capacitada para este tipo de documentação. Nós que estamos dentro da Universidade, em grupos de pesquisa e laboratórios, sabemos das diversas exigências que as agências de financiamento do governo fazem, por isso compreendemos esta situação, mas identificamos aí um ponto importante: a falta de pessoal com conhecimento técnico para gestão.

Conforme nos aponta Sousa a aproximação entre a universidade e os gestores se faz necessária para que haja uma maior capacitação da equipe de trabalhadores, pois na realidade observada pelo autor

notou-se, ainda, que um conjunto significativo de servidores não tem nenhum conhecimento sobre o financiamento dos programas, ainda que demonstrem conhecimentos sobre os compromissos programáticos (objetivos gerais e objetivos específicos), a infraestrutura e materiais necessários, a população alvo do programa e os seus beneficiários. O conjunto de informações sobre este tema é restrito aos domínios dos trabalhadores vinculados diretamente ao Secretário, expressando a separação, no âmbito da SEMEL, das esferas política e econômica. (SOUZA, 2014, p. 302).

A partir da realidade exposta pelo autor, (que investigou a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia, a capital e maior cidade do Estado de Goiás), com as devidas observações e ponderações acerca da realidade de cada local, podemos afirmar que o conhecimento técnico das formas de acesso às verbas é um fator limitante para a ampliação das políticas públicas de esporte e lazer de Aruanã. Esta afirmação evidencia uma necessária parceria entre as Universidades e os Municípios, tendo em vista que

identifica-se a necessidade de superação desse quadro, que pode ser iniciado, talvez, pela qualificação dos servidores e serviços públicos, visando, por um lado, a adoção de práticas destinadas a promover e impulsionar os grupos e comunidades na busca de seu crescimento, da sua autonomia, da melhora gradual e progressiva de sua vida material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade em que vivem, e de outro à sua organização, com vistas a qualificar as suas condições de trabalho e de vida, e concomitantemente, o seu alinhamento para com os interesses relacionados ao estabelecimento de padrão de sociabilidade, o que está, certamente, relacionado à luta pela democratização do Estado, tendo-a como uma estratégia democrática de transformação social. (SOUSA, 2014, p.302)

A disponibilidade dos recursos financeiros e a criação de políticas públicas vai na direção da assertiva de Amaral (2004), pois o pouco capital disponível gera uma disputa de poder no que diz respeito a qual setor este será investido, ou mesmo em quais setores se torna necessário buscar novos recursos em esferas estaduais e federais. Conforme apontado por Silva et al (2011) estas diversas relações são mediadas pela política, e são nas políticas públicas que aparecem as ações de manutenção ou mudança de cenários.

Um exemplo desta relação na cidade de Aruanã está na proibição de festas com som automotivo na cidade. Na visita de campo realizada em 2013, ao final do dia, ao redor da praça da Igreja Nossa Senhora do Rosário<sup>13</sup>, durante a noite aconteciam festas com o uso de diversos automóveis com aparelhos de som potentes, com autorização da prefeitura. Nestas festas, os automóveis eram conectados uns aos outros, e tocavam, de maneira sincronizada, a mesma música, gerando um som de volume extremamente alto, o qual podia ser ouvido a mais de 1 Km de distância.

Ao voltarmos a cidade no ano de 2014, em nossas conversas com a Gestão Municipal, esta nos informou que o som automotivo foi proibido na cidade, com o aval da própria

---

<sup>13</sup> Esta igreja é um Patrimônio Histórico, tombada do pelo Governo do Estado de Goiás, e na época das duas visitas de campo, passava por reforma, portanto não tivemos acesso ao seu interior. Mas esta é uma opção de lazer tanto para os turistas, quanto para os moradores da cidade, no que diz respeito ao seu aspecto histórico, já que, desde nosso entendimento, celebrações religiosas não se enquadram como lazer.

população. A própria demanda da população e dos turistas, fez com que a cidade procurasse novas formas de se organizar para manter seu público alvo, o turista família.

Um ganho que a gente teve muito grande foi proibir o som automotivo, por que até o ano passado nós tínhamos, então as pessoas foram percebendo, é questão de mudança [...]. Então é assim, é natural que tenha uma certa resistência, então no final do ano passado a gente já teve um evento, no aniversário da cidade, sem som automotivo, no carnaval que foi a grande prova a gente fez um evento sem som automotivo, e eles começara à perceber que, que realmente o público, o perfil de público que família é muito mais rentável, muito mais fácil de trabalhar, as possibilidades são maiores, com esse público, então assim, a gente ganhou bastante com isso também (SECRETARIA DE TURISMO, 2014)

Acabou aquilo graças à Deus, aquela poluição, o P., novo prefeito, porque o H. era de uma teoria de que isso aí que trazia turistas, e isso era uma reclamação de um modo geral de turista, que vem, famílias que nem aqui na praça não vinha, [...] Agora parou. Acabou e foi aplaudido, 80% do turista aplaudiu isso aí. Nós fizemos uma pesquisa aí, [...] 80% aprovou. (SECRETARIA DE FINANÇAS E MEIO AMBIENTE, 2014).

A presença do som automotivo na cidade nos mostra uma relação direta com o que Mascarenhas (2003) denomina de "pedaço sitiado". Mas antes de nos aprofundarmos neste tema e sua relação com a cidade, apresentaremos a explicação dada pela Prefeitura (2014) sobre a utilização do som automotivo na cidade.

Eu queria abrir um parênteses pra/até pra que as pessoas é, entendam o que ocorreu. Aruanã chegou num ponto, há mais ou menos 10 anos atrás, que não tinha datas comemorativas, não tinha aniversário, não tinha réveillon, não tinha temporada, não tinha festa religiosa, não tinha nada. E foi necessário desenvolver um trabalho, assim que o ex-prefeito H.C assumiu, pra trazer o turista de volta para Aruanã. Mas a cidade não tinha recurso, e ele viu naquela ocasião o som automotivo como uma oportunidade, como uma chance de fazer com que famílias, jovens, viesse para Aruanã, e naquele momento foi positivo e foi uma atração. Vamos falar que foi necessário ter uma ação diferente para que isso ocorresse. Talvez naquela ocasião ele não imaginaria que cresceria tanto, que cresceria tanto *né*. Mas uma vez crescendo, a pressão para que isso acabasse veio de uma forma mais acentuada há uns 3 anos, ele tinha muita preocupação, muito medo com o baque que a economia poderia sentir, ele não tinha a confiança necessária pra banir o som, preocupado com a economia do município.

Esta perspectiva mostra claramente a relação entre as ofensivas da globalização (o som automotivo) em um local onde a cultura tradicional ainda é presente (Aruanã). A necessidade de revitalizar a dinâmica turística fez com que a gestão passada buscasse novos atrativos para a cidade. Mas com ela vieram também produtos da indústria cultural, como as músicas estereotipadas, as bebidas, o uso de drogas, algo muito diferente do cotidiano de uma cidade pequena como Aruanã. O que fomentou a economia por um lado, já que há um perfil

pessoas que se interessam por este tipo de programação em seu tempo de lazer, por outro contribuiu para o surgimento de problemas como a violência, a promiscuidade, e impactos ambientais em um local conhecido pelo ecoturismo.

Este "pedaço sitiado" conseguiu avançar ao proibir o som automotivo, pois não é do perfil da cidade este tipo de evento. O impacto ambiental gerado com as ondas sonoras, a relação entre o consumo exagerado de bebidas alcoólicas e drogas durante estes eventos, sem mencionar que no local onde estas festas aconteciam está construída uma igreja antiga e de estrutura frágil, tombada pelo Patrimônio Histórico Cultural do Estado de Goiás, e que precisa de cuidados específicos para sua conservação.

Todos estes aspectos descaracterizam e afastam tanto os turistas que procuram uma programação diferente, quanto a população que não se sente acolhida por este evento e não vê nele uma possibilidade de lazer. O respaldo e aprovação da população mediante esta decisão mostram que há possibilidade de enfrentamento e participação política no que diz respeito às relações de poder, apresentadas por Amaral (2004), e mostra as "contra-racionalidades" defendidas por Mascarenhas (2003, p.139 – 140), em que a população se apropria de valores e significados para se opor a tais avanços, em uma demonstração de democracia e força popular.

Neste sentido, nos parece que as políticas públicas de lazer e esporte da cidade de Aruanã são influenciadas em grande parte pela demanda turística, principalmente no que diz respeito as ações voltadas ao lazer fora do conteúdo esportivo. O que não quer dizer que tais ações são exclusivamente voltadas para o turista. Percebemos que em vários momentos a Gestão Municipal tem se preocupado em atender as demandas da população em manobras que também captam recursos para o turismo, como é o caso dos eventos gratuitos promovidos. Esta inclusive é uma característica interessante da cidade, pois ao mesmo tempo em que um evento se mostra por um lado como trabalho para boa parcela da cidade, por outro lado se apresenta como oportunidade para o lazer.

### 3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aruanã é uma cidade que tem no turismo no rio Araguaia sua principal fonte de recursos, mas que tem de conciliar a oscilação entre a temporada de alta demanda turística, com cerca de 50 mil pessoas na cidade, e dias de baixa temporada, em que a população da cidade se mantém na casa dos 10 mil habitantes. A Gestão Municipal busca maneiras de conciliar políticas públicas direcionadas ao turista e ao cidadão, pois os cidadãos estão no cotidiano da cidade, compondo e construindo as relações sociais, tanto em seu tempo de trabalho, quanto em seu tempo de lazer. Neste aspecto pensamos que as ações da equipe gestora tem tido êxito, pois em seu discurso percebemos a preocupação com estes dois aspectos citados, confirmados em nossas observações, já que as atrações são pensadas para atingir todas as camadas da população da cidade e dos turistas e os espaços públicos eram organizados e limpos.

Entretanto torna-se necessário a ampliação das políticas públicas de lazer para o cidadão, pois as potencialidades da cidade o permitem. Os bulevares, as praças e o rio são espaços que permitem uma apropriação de diversas manifestações culturais, como práticas corporais na natureza, peças teatrais e outras iniciativas para a população, mas que atualmente não são exploradas. A natureza ao redor da cidade é um cartão de visita muito interessante para o turista, mas tem de ser também um espaço em que o cidadão de Aruanã se reconheça e o reconheça como seu.

Destacamos que tais iniciativas devem partir também dos interesses que a população tem, ou seja, quais conteúdos ela deseja ter acesso, de que forma, em quais horários, pois desta maneira o lazer pode se tornar um espaço de democracia e exercício da cidadania.

Temos ciência que estas ações demandam mais recursos, que são uma das grandes dificuldades encontradas pela Gestão da cidade, conforme já exposto; a arrecadação não é grande, e depende em muito dos recursos estaduais e federais, cujo acesso não é simples, pois está ligado a construção de projetos e questões burocráticas que demandam tempo e pessoal para seu planejamento e execução. Concordamos com o posicionamento dos Gestores em não comprometer o orçamento, mas pensamos que são necessários novos direcionamentos para outros interesses do lazer, como cinemas, teatros, feiras culturais.

Para tanto, apontamos como necessário um processo de aperfeiçoamento técnico dos trabalhadores dos órgãos gestores, para que estes possam buscar novas fontes de financiamento através da criação de projetos, prestação de contas, e diversos outros serviços.

Assim, uma possível parceria entre o município e o meio acadêmico, em destaque as universidades, se apresenta como uma das possibilidades para essa troca de conhecimentos.

Dentro das práticas corporais, nossa reflexão caminha em direção da necessidade de ampliação da atuação dos gestores, para além das práticas dos esportes coletivos tradicionais que são os dominantes na cidade. Reconhecemos a existência de outras manifestações como a capoeira e a ginástica/*jump* - uma iniciativa interessante, que deve ganhar mais espaço nos projetos da Gestão Municipal. Em uma cidade como Aruanã, que tem no rio seu principal atrativo, a presença de espaços públicos para as práticas aquáticas (natação, polo aquático, caiaque, remo, dentre outras) seria uma interessante proposta para as políticas de lazer, pois ofereceria ao cidadão novas práticas e novas formas de se relacionar com o ambiente e com seus semelhantes.

Neste aspecto, reconhecemos que a pesquisa se limitou ao posicionamento dos Gestores e da observação dos espaços públicos, deixando uma lacuna no que diz respeito à opinião/posicionamento da população em relação às políticas públicas de esporte e lazer. Isto se mostrou como um elemento que não nos permitiu um parecer mais direto acerca das políticas públicas de lazer e esporte da cidade, pois não queremos aqui cometer injustiças ou até mesmo emitir apontamentos equivocados sobre este recorte da realidade da cidade.

Esta limitação se apresentou em razão da grande demanda ocasionada por um estudo como este, em que seriam necessários novos mecanismos de coleta e análise de dados, maior tempo de permanência da cidade, inclusive em períodos fora da temporada de praia, algo inviável para nós devido a outras demandas do curso. Uma dessas demandas é a exigência de 100% de presença nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, conforme o Artigo 83 da Resolução - CEPEC nº 1122 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2012), o que limitou nossas visitas a campo nas férias (mês de julho), período de alta demanda turística, limitando nossa percepção das ações voltadas para a população, já que a cidade estava em clima de temporada de praia e suas ações focavam primordialmente os turistas.

Neste sentido, reconhecemos a necessidade de novas pesquisas que contemplem, entre outros aspectos: a) a população e sua relação com a política e os espaços públicos, b) a realidade da cidade em épocas de grande movimentação turística e na baixa temporada, c) um levantamento do perfil deste turista, d) a relação entre a população aruanense e o rio Araguaia. E, para além da cidade, há todo o Vale do Araguaia como campo de possíveis estudos.

Consideramos que esta pesquisa é um avanço na produção acadêmica sobre a cidade de Aruanã, por revelar especificidades de um fenômeno social característico do Estado de Goiás, que é a demanda turística do rio Araguaia, o que permitiu um contato com a realidade

de uma cidade pequena, mas que exerce um papel grandioso neste Estado. A busca pela compreensão das políticas públicas de lazer e esporte traz uma reflexão sobre um contexto da realidade local, e esperamos que sirva como início para o crescimento do debate acerca do lazer, do esporte e das políticas públicas em Goiás.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HOERKHEIMER, M. A indústria cultural: O esclarecimento como mistificação das massas. In ADORNO, T.; HOERKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. 1947.p.57-79. Disponível em < [http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/educ\\_esp/fil\\_dialetica\\_esclarec.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/educ_esp/fil_dialetica_esclarec.pdf)>. Acesso em 23 de set. 2014.

AMARAL, S. C. F. Políticas Públicas. In GOMES, C. L.(org). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 181-185.

ÂNGELO, P. G.; CARVALHO, A. R. Valor recreativo do rio Araguaia, região de Aruanã, estimado pelo método do custo de viagem. **Acta Scientiarum. Biological Sciences**. vol. 29, núm. 4, 2007, pp. 421-428. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Brasil. Disponível em < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciBiolSci/article/view/886/432>>. Acesso em 18 jul. 2014.

ARUANÃ EMCANTO. **Site do evento**. Disponível em < <http://www.aruanaemcanto.com.br/o-festival-arua-na-em-canto/>> Acesso em 20 de out. 2014.

ARUANÃ. **Site oficial da prefeitura de Aruanã**. 2014a. Disponível em < <http://www.aruana.tur.br/gt.php?img=sistemas/geral/galeria/fotos/36/1409022012095240.jpg&w=800&h=600>>. Acesso em 02 nov. 2014.

ARUANÃ. **Perfil Facebook da Prefeitura Municipal de Aruanã**. 2014b. Disponível em < [https://www.facebook.com/201885343301694/photos/a.202799583210270.1073741833.201885343301694/346158648874362/?type=3&src=https%3A%2F%2Ffbcdn-sphotos-f-a.akamaihd.net%2Fhphotos-ak-xap1%2Ft31.0-8%2F10386929\\_346158648874362\\_7155265221752890166\\_o.jpg&smallsrc=https%3A%2F%2Ffbcdn-sphotos-f-a.akamaihd.net%2Fhphotos-ak-xpa1%2Fv%2Ft1.0-9%2F10487329\\_346158648874362\\_7155265221752890166\\_n.jpg%3Foh%3D694afcd0ef22e2dc95d6e72ea2ac1dab%26oe%3D54AD3528%26\\_\\_gda\\_\\_%3D1425240720\\_dac49ea01694433661e8c47986b25967&size=2048%2C1365&fbid=346158648874362](https://www.facebook.com/201885343301694/photos/a.202799583210270.1073741833.201885343301694/346158648874362/?type=3&src=https%3A%2F%2Ffbcdn-sphotos-f-a.akamaihd.net%2Fhphotos-ak-xap1%2Ft31.0-8%2F10386929_346158648874362_7155265221752890166_o.jpg&smallsrc=https%3A%2F%2Ffbcdn-sphotos-f-a.akamaihd.net%2Fhphotos-ak-xpa1%2Fv%2Ft1.0-9%2F10487329_346158648874362_7155265221752890166_n.jpg%3Foh%3D694afcd0ef22e2dc95d6e72ea2ac1dab%26oe%3D54AD3528%26__gda__%3D1425240720_dac49ea01694433661e8c47986b25967&size=2048%2C1365&fbid=346158648874362)>. Acesso em 02 nov.2014.

ARUANÃ. **Site oficial da prefeitura de Aruanã**. 2014c. Disponível em <<http://www.aruana.tur.br/pagina.php?id=29&menu=29&titulo=Infraestrutura>>. Acesso em 02 de nov. 2014

AZEVEDO, C. E. F. et al. A estratégia da triangulação: Objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. In **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. 2013, Brasília/DF. Disponível em

<[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq\\_2013/2013\\_EnEPQ5.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ5.pdf)>.  
Acesso em 10 de out. 2014.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3ª edição. Ijuí, RS. Editora Unijuí, 2005.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 35 ed. Brasília, DF. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf?sequence=26](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26)>. Acesso em 15 de set. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.984** de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19615consol.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm)>. Acesso em 23 de set. 2014.

CARNEIRO, F. H. S.; MORAES, F. M. S.; SOARES, L. F. R. Espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer em Uruaçu-GO: Políticas públicas e apropriação. . In: CONGRESSO CENTRO OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 6. CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 10., 2014, Jataí. **Anais Eletrônicos do IV CONCOCE e X CONEF**, Jataí, 2014 GTT Políticas Públicas. Disponível em <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/6concoce/10conef/paper/view/6214>>. Acesso em 20 nov. 2014.

CASTELLANI FILHO, L. **Política Educacional e Educação Física**. Campinas: Autores Associados, 1998. Disponível em <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&src=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CD0QFjAE&url=http%3A%2F%2Ffiles.pensando-em-educacao.webnode.com%2F200000056-b6b21b7a87%2FLIVRO%2520POLITICA-EDUCACIONAL-E-EDUCACAO-FISICA.pdf&ei=jXOtU\\_W1D9PNsQSjxoHwDw&usg=AFQjCNGqD6H1wnq5KvOkEmls7U6KbHJf5g&sig2=1aqQibLWEifqVQ-Py3uw&bvm=bv.69837884,d.cWc](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&src=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CD0QFjAE&url=http%3A%2F%2Ffiles.pensando-em-educacao.webnode.com%2F200000056-b6b21b7a87%2FLIVRO%2520POLITICA-EDUCACIONAL-E-EDUCACAO-FISICA.pdf&ei=jXOtU_W1D9PNsQSjxoHwDw&usg=AFQjCNGqD6H1wnq5KvOkEmls7U6KbHJf5g&sig2=1aqQibLWEifqVQ-Py3uw&bvm=bv.69837884,d.cWc)>. Acesso em 27 jun. 2014

CHIZZOTTI, A. Da pesquisa qualitativa. In: CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1998. P. 77-87.

DE PELLEGRN, A. Equipamentos de lazer. In GOMES, C. L. (org). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 69 - 72.

DE PELLEGRN, A. Espaços de lazer. In GOMES, C. L. (org). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 73 - 75.

FLAUSINO, M. S.; MASCARENHAS, F. O direito ao esporte e lazer: apontamentos críticos à sua mistificação. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.2, jun/2012, p. 1-26. Disponível em < [https://www.ufmg.br/prpq/images/revistalicere/licerev15n02\\_a5.pdf](https://www.ufmg.br/prpq/images/revistalicere/licerev15n02_a5.pdf)>. Acesso em 15 de set. 2014.

GIL, A. C. Pesquisa Social. In GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2008. p. 26-32.

GOMES, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos: a abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fricruz, 2005. p. 185-221.

HUNGARO, E. M. Marx e a política: contribuições aos estudos de políticas públicas de esporte e lazer. in ALMEIDA, D. F. et al (org) **Política, lazer e formação**. Brasília, DF: Thesarus, 2010. p. 69-93.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em < <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=520250&search=goias|aruana|infograficos:-historico>>. Acesso em 13 de out. 2014.

INÁCIO, H. L. D. **O Ecoturismo como vetor de desenvolvimento territorial sustentável**. 2007. 240f. Tese de Doutorado em Sociologia Política - Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC. Santa Catarina 2007.

INÁCIO, H. L. D. **O lazer do trabalhador em um contexto de transformações tecnológicas**. 1997a. 111f. Dissertação de mestrado em Educação - Curso de Mestrado em Educação, UFSC, Florianópolis, 1997a. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/77154/248937.pdf?sequence=1>> Acesso em 22 mai. 2014.

INÁCIO, H. L. D. Educação Física e Ecologia: dois pontos de partida para o debate. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 18, n2, jan 1997b, p. 133-136. 1 CD-ROM.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, S. C.; CHAVEIRO, E. F. **A aldeia, a cidade, o espaço híbrido: a**

resistência Karajá de Aruanã-Go. Disponível em: < <http://observatoriogeograficoamericalatin.a.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/01.pdf> > . Acesso em 10 dez. 2014.

LINHALES, M. A. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? **Motrivivência**, Florianópolis, n. 11, set. 1998, p.71-81. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/4987/20401>>. Acesso em 15 set. 2014.

MARTINS, D. J. Q. Políticas de esporte e as escolhas governamentais. In MARCHI JUNIOR, W. (org). **Ensaio sobre sociologia do esporte**. São Paulo, Factash Editora, 2011. p.117-140.

MARX, K. **O Capital - Parte III: a produção da mais valia**. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000067.pdf>>

MASCARENHAS, F. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Movimento**, Porto Alegre, v.10, n. 2, 2004, , p. 73-90. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/2841/1454>>. Acesso em: 22 abr 2014.

MASCARENHAS, F. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas (SP). v. 24, n. 3, maio 2003, p. 121-143. Disponível em < <http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/767/441>>. Acesso em 24 abr. 2014.

MINAYO, M. C. S. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos: a abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fricruz, 2005. p.19-51.

MUNICÍPIOS GOIANOS. Blog dedicado a descrever e apresentar os perfis e os fatos históricos e interessantes de todos os 246 municípios do belíssimo estado de Goiás. Disponível em < <http://projetogoiias.blogspot.com.br/2011/04/aruana.html>>. Acesso em 02 nov. 2014.

NASCIMENTO, O. A. S.; INÁCIO, H. L. D. A praia dos goianos: práticas corporais nas praias do rio Araguaia em Aruanã- Goiás. In: CONGRESSO CENTRO OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 4. CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 10., 2014, Jataí. **Anais Eletrônicos do IV CONCOCE e X CONEF**, Jataí, 2014. GTT Lazer e Sociedade. Disponível em < <http://congressos.cbce.org.br/index.php/6concoce/10conef/paper/view/6144>>. Acesso 20 nov. 2014.

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: TRIVIÑOS, A. N. S.; NETO, V. M. (org.) **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Sulina, 1999. p.61-93

PADILHA, V. Trabalho, lazer e consumo nas sociedades contemporâneas. In MASCARENHAS, F.; LAZARROTTI FILHO, A. (org). **Lazer, cultura e educação: contribuições ao debate contemporâneo**. Goiânia: CEGRAF-UFG, 2010. v.1, 144p. p. 51-74.

PADILHA, V. Tempo Livre. In GOMES, C. L. (org). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 218 - 222.

RECHIA, S. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca indenitária de Curitiba. **Movimento**, Porto Alegre, v.11, n.3, set/dez, 2005, p.49 - 66. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/2882/1496>>. Acesso em 15 de ser. 2014.

RIBEIRO, A. P. **Aruanã: Formação Histórica, Cultural e Política de Aruanã**. Goiânia: Kelps, 2010.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 31 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SILVA, A. M. Entre o corpo e as práticas corporais. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, Edição Especial, v.10, n.1, p.5-20, jan/jun 2014. Disponível em :<[https://revista.eefd.ufrj.br/EEFD/article/view/416/pdf\\_30](https://revista.eefd.ufrj.br/EEFD/article/view/416/pdf_30)>. Acesso em: 11 set. 2014.

SILVA, D. A. M. et al. **Gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Princípios e Pressupostos Teóricos**. Brasília, Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SOUSA, W. L. L. **Em busca do elo perdido: a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos a serviço da qualificação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer**. 2014. 348p. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 2014.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os Subcampos Político/Burocrático e Científico/Acadêmico**. Tese de Doutorado. Curitiba, PR: Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, 2011

STIGGER, M. P. **Esporte, Lazer e Estilos de Vida** - um estudo etnográfico. 1. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

STUCCHI, S. Espaços e equipamentos de recreação e lazer. In BRUHNS, H. T. (org.) **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

SUASSUNA, D. A. Política, Lazer e Educação: A inserção de trabalhadores do lazer no Sistema Nacional de Esporte e Lazer. In: MASCARENHAS, F (org); LAZARROTTI FILHO, A. (org). **Lazer, cultura e educação: contribuições ao debate contemporâneo**. Goiânia: CEGRAF-UFG, 2010. v.1, 144p. p. 31-49.

SUASSUNA, D. A. et al. O ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer. in SUASSUNA, D.; AZEVEDO, A. A. (org.) **Política e Lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007. p.13-42.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Resolução - CEPEC nº 1122 de 09 de novembro de 2012. Aprova o novo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da Universidade Federal de Goiás e revoga as disposições em contrário. Disponível em :< [http://sistemas.ufg.br/consultas\\_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao\\_CEPEC\\_2012\\_1122.pdf](http://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2012_1122.pdf)>. Acesso em 17 de nov. 2014.

XXIII CAMINHADA ECOLÓGICA 2014a. **Site oficial da XXIII Caminhada Ecológica. 2014**. Disponível em <<http://www.caminhadaeco.com.br/comeco/>>. Acesso em 02 nov.2014.

XXIII CAMINHADA ECOLÓGICA 2014b. **Regulamento Seletiva. 2014b**. Disponível em: < <http://cdn.ojc.com.br/img/caminhadaeco/arquivos///downloads/regulamento-seletiva-xxiii-caminhada-ecologica-006120.pdf>>. Acesso em 17 out. 2014.

**ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) Senhor(a),

V.Sa. está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida, você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone 3521-1075 ou 3521-1076.

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

Título do Projeto: *Diagnóstico e Propostas para as Práticas de Ecoturismo como vetor de desenvolvimento territorial sustentável no município de Aruanã*

Sub-Projeto: *Políticas públicas de esporte e lazer para os moradores de Aruanã*

Pesquisador Responsável:

HUMBERTO LUÍS DE DEUS INÁCIO

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar):

(62) 8111 7684

A pesquisa:

O objetivo deste estudo é realizar um diagnóstico das iniciativas públicas e privadas de (Eco)turismo desenvolvidas por meio de práticas diversas no município de Aruanã e no seu entorno. Com isso, se espera obter dados suficientes para propor ações que se convertam em legislação pertinente e/ou políticas públicas voltadas à regulamentação e normatização do lazer no território, de modo que tal atividade se converta em desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado, para a região estudada e para o Estado de Goiás.

Vossa participação na pesquisa será como “entrevistado(a)”, respondendo a perguntas formuladas pelo pesquisador responsável. As entrevistas serão gravadas e transcritas.

Não deverá haver nenhum tipo de desconforto ou risco em função das entrevistas; por outra via, esperamos que as informações fornecidas por V.Sa. sejam significativas para o desenvolvimento da atividade ecoturística na região.

Sempre que V.Sa. julgar pertinente, as entrevistas serão interrompidas e esclarecimentos serão prestados. Além disso, V.Sa. tem plena liberdade para se retirar da pesquisa e/ou se recusar a responder parte das entrevistas, a qualquer tempo, sem nenhum tipo de prejuízo à V.Sa.

Afirmamos ainda que todas as informações prestadas serão de uso exclusivo para esta pesquisa e que vossa identidade será preservada; por outro lado, caso seja necessário, solicitaremos de V.Sa. autorização para identificar a instituição que representa no momento da entrevista e garantimos sua publicização apenas e se autorizada.

Nome e Assinatura do pesquisador :

---

Humberto Luis de Deus Inacio

### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, \_\_\_\_\_,

RG/\_\_\_\_\_ CPF/\_\_\_\_\_

, abaixo assinado, concordo em participar do estudo *Diagnóstico e Propostas para as Práticas de Ecoturismo como vetor de desenvolvimento territorial sustentável no município de Aruanã*, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) HUMBERTO LUIS DE DEUS INACIO sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Local e data

---

Nome e Assinatura do sujeito:

---

**APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com os representantes da gestão municipal.**<sup>14</sup>

1 - Sobre os conceitos de Eco desenvolvimento, Desenvolvimento Territorial Sustentável e Ecoturismo:

1.1) O que significa Eco desenvolvimento (desenvolvimento sustentável)? (para todos)

1.2) O que entende por DTS? (para todos)

1.3) O que entende por Ecoturismo? (para todos)

Transformar estas perguntas em uma ou duas, de maneira genérica, verificando se á algum eixo de sustentabilidade para a gestão. (Para as secretarias de Meio Ambiente e Turismo).

2 - Sobre a satisfação das necessidades básicas, recuperação de áreas socialmente degradadas, sustentabilidade, conexão com outros setores da atividade econômica:

EMPREGO E RENDA (Para o Prefeito e Secretária de Turismo)

2.1) Há ações de Ecoturismo, no território, voltadas à satisfação de necessidades básicas das comunidades envolvidas? ( EMPREGO E RENDA)

2.2) Há ações de Ecoturismo, no território, voltadas à recuperação de áreas socialmente degradadas?

3 – Sobre a solidariedade com as gerações futuras e a manutenção do ambiente natural para preservação do Ecoturismo: GESTÃO DE RECURSOS

3.1) As ações de Ecoturismo, no território, têm aspectos que possibilitam/potencializam a solidariedade com as gerações futuras? (manutenção da população em seu local de origem, acesso aos bens atuais, transmissão de conhecimento) (Prefeito, Secretario de Meio Ambiente e turismo).

3.2) As ações de Ecoturismo possibilitam/potencializam a preservação dos atrativos eco turísticos? (Prefeito, e secretários)

3.3) As estruturas que vêm sendo projetadas/construídas (estradas, acessos, pousadas, eletrificação etc.) para desenvolver o Ecoturismo, não estão prejudicando as áreas atrativas?(Prefeito, e secretários)

---

<sup>14</sup> Adaptado da tese de doutorado de Inácio (2007).

3.4) As estruturas que vêm sendo projetadas/construídas (estradas, acessos, pousadas, eletrificação etc.) para desenvolver o Ecoturismo, não estão prejudicando outras áreas não atrativas? (1,2,3,4,5,6,11,12) (Prefeito, e secretários)

3.5) Quais são as UC's existentes, em projeto, não oficiais, etc.. (Secretário de Meio Ambiente)

4 – Sobre a participação da população local, sobre sua autonomia, suas iniciativas, a valorização do conhecimento tradicional, a autonomia do território em relação às oscilações econômicas e sobre os benefícios à comunidade. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL

4.1) As ações políticas voltadas ao Ecoturismo, no território, partem de iniciativas de agentes locais? (Prefeito e secretário de turismo)

4.2) Há espaços de representatividade (conselhos, órgãos) das comunidades para discussão/decisão?(Prefeito)

4.3) Os empreendimentos voltados ao Ecoturismo, no território, partem de iniciativas de agentes locais, ou há muito de fora? (Prefeito e secretário de turismo)

4.4) De que formas os benefícios gerados pelo Ecoturismo chegam às comunidades (bairros mais afastados, etc.)?(Prefeito e secretário de turismo)

4.5) De que formas o Ecoturismo utiliza e valoriza o conhecimento tradicional? (quais são os conhecimentos tradicionais do território? Saber fazer relativo à pesca, dos índios e NOVAS PRÁTICAS - caminhonetes de som) (Prefeito e secretário de turismo)

4.6) Com que outros setores da economia o Ecoturismo se conecta?  
(Prefeito e secretário de turismo)

5 – Sobre a preservação dos recursos naturais, recuperação e manutenção de áreas ambientalmente degradadas, e sobre a manutenção dos atrativos eco turísticos:

5.1) Que ações a partir do Ecoturismo e de outras atividades/setores, vêm sendo implementadas no sentido de preservar, recuperar e manter áreas naturais? (Prefeito, secretária de turismo e secretário de meio ambiente)

5.2) Pelo contrário, que ações vêm sendo projetadas/implementadas que podem degradar o ambiente natural e os atrativos ecoturísticos? (Prefeito, secretária de turismo e secretário de meio ambiente)

5.3) Há projetos de formação de redes? Plantio orgânico, outras práticas sustentáveis, cooperativas???(Prefeito, secretária de turismo e secretário de meio ambiente)

6) De onde vêm os recursos para os eventos que acontecem na cidade? (Municipal, Estadual, Federal) (Prefeito)

6.1) Quais as principais dificuldades da gestão no que diz respeito à captação de recursos? (Prefeito)

7 – Sobre programas de educação:

7.1) Há programas voltados à educação dos atores envolvidos diretamente com o Ecoturismo

no território? Quais? (Prefeito e Secretária de turismo)

7.2) Há programas voltados à educação da comunidade em geral que possam contribuir para o desenvolvimento do Ecoturismo no território? Quais? (Prefeito e Secretária de turismo)

7.3) Há programas voltados à educação do ecoturista que possam contribuir para o desenvolvimento do Ecoturismo no território? Quais? (Prefeito e Secretária de turismo)

8) Quais as principais atividades econômicas da cidade fora da alta temporada? Há oscilações econômicas negativas? Se sim: (Prefeito)

8.1.) Quais ações estão sendo desenvolvidas para minimizar isso? (Prefeito)

8.2) Durante o mês de julho há um aumento da demanda turística, que leva à um aumento no consumo de produtos e serviços?

8.2.1) Como é o planejamento das atividades realizadas durante o mês de julho?

8.2.2) Existe migração de trabalhadores de outras regiões para atender esta demanda?

8.2.3) Quais adaptações a cidade faz para atender esta demanda?

8.2.4) Como é a relação entre as tradições da região x turistas?

8.3) Quais as ações de políticas públicas de esporte e lazer para os habitantes da cidade? E para os turistas? (Prefeito e secretário do esporte)

8.4) Existe na gestão atual algum órgão específico destinado ao planejamento das políticas de esporte e lazer? (Prefeito e secretário do esporte)

8.5) Quais os principais espaços e equipamentos de esporte lazer da cidade? Pedir Indicações dos locais. (Prefeito e secretário do esporte)

9. Programas do Estado e da Federação. Há algum programa ligado ao esporte e lazer?(Segundo tempo, etc...)

9.1. Quais os programas e ações do município? Há parceria com as outras secretarias?

10. Sobre o curso de Educação Física.

10.1. Você conhece? Qual é a modalidade?

10.2. Conhece quem faz o curso?

10.3. O que você acha dele?

10.4. Vai ter campo de atuação para os futuros professores?